



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO BACHARELADO EM SECRETARIADO EXECUTIVO**

**CARLYENN VALESKA LEITE RODRIGUES
THAYANNE DE SOUSA SANTANA**

**A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO: IMAGINÁRIO DE ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO À LUZ DE PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Macapá/AP

2016

CARLYENN VALESKA LEITE RODRIGUES
THAYANNE DE SOUSA SANTANA

**A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO: IMAGINÁRIO DE ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO À LUZ DE PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Monografia apresentada como Trabalho de conclusão do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana do Socorro de Brito Paixão.

Macapá/AP
2016

CARLYENN VALESKA LEITE RODRIGUES
THAYANNE DE SOUSA SANTANA

**A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO: IMAGINÁRIO DE ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO À LUZ DE PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Eliana do Socorro de Brito Paixão

Profa. Ma. Ana Paula Cinta

Profa. Esp. Inajara Amanda Fonseca Viana

Agradecemos a Deus, primeiramente, por ser razão de todas as coisas e que nos possibilitou saúde e discernimento durante toda essa jornada. E dedicamos a concretização desse trabalho à professora Eliana do Socorro de Brito Paixão, pelos conhecimentos, pela compreensão e resiliência e, ainda o incentivo para a conclusão dessa monografia.

RESUMO

O mercado de trabalho, assim como as profissões, tem enfrentado um ritmo acelerado de inevitáveis mudanças frente à recorrente competitividade engendrada pela globalização das economias na sociedade contemporânea. E nessa ciranda se encontra a profissão de Secretário Executivo que, ao longo do tempo, tem, gradativamente, logrado posição de destaque nas organizações empresariais em face da multiplicidade de funções que a profissão oferece. A formação desse profissional tem sua base no Ensino Superior, no qual o currículo precisa estar aderente com a dinâmica mercadológica. O contexto ora percorrido nos conduziu à seguinte inquietação: O que estudantes do Ensino Médio pensam acerca da Profissão de Secretário Executivo? Assim, a pesquisa teve por objetivo identificar as concepções de estudantes do Ensino Médio acerca da Profissão de Secretário Executivo. Os sujeitos participantes são alunos do segundo ano da Escola Estadual Gabriel Almeida Café situada na região central de Macapá. A metodologia utilizada sustentou-se na abordagem qualitativa e a técnica, em roda de conversa, a partir da projeção de imagens sobre a profissão, orientadas pelo Círculo de Cultura idealizado por Paulo Freire. O tratamento dos dados foi baseado na análise de conteúdo e os principais resultados foram: posicionamentos equivocados quanto à questão de gênero e etnia relacionados à profissão; e, a importância da divulgação, nas Instituições do Ensino Médio no âmbito do Estado do Amapá, pela Universidade Federal do Amapá, do perfil dos cursos.

Palavras-chave: Ensino Superior. Currículo. Curso de Secretariado Executivo. Imaginário Social.

ABSTRACT

The labor market, as well as the professions, has faced an accelerated pace of inevitable changes facing the recurring competitiveness engendered by the globalization of economies in contemporary society. And in this maelstrom is the Executive Secretary of the profession that, over time, has gradually achieved a prominent position in business organizations in the face of the multitude of functions that the profession offers. The formation of this professional has its basis in higher education, in which the curriculum needs to be adhering to the marketing dynamics. The context now discoursed led us to the following concerns: What high school students think about the Executive Secretary? Thus, the research aimed to identify the high school students conceptions of the Executive Secretary Profession. The subjects are students of the second year of the State School Gabriel Almeida Café located in central Macapá. The methodology used was sustain in the qualitative approach and techniques contemplated discussions conversation wheel from the projection of images about the profession, guided by the Culture Circle designed by Paulo Freire. Data analysis was base on content analysis and the main results were equivocal positions on the issue of gender and ethnicity related to the profession and the importance of disseminating the Federal University of Amapá on the profile of the courses in the institutions of high school in the State of Amapá.

Keywords: Higher education. Curriculum. Undergraduate Course in Executive Secretariat. Social imagination.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	8
2- O ENSINO SUPERIOR E AS POSSIBILIDADES PARA A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO	14
2.1 – CONTEXTUALIZANDO O ENSINO SUPERIOR	14
2.2– ENSINO SUPERIOR NO AMAPÁ	21
3- CURRÍCULO: PARTICULARIDADES E INTERNEXÃO COM A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO	26
3.1- CURRÍCULO ACADÊMICO	34
4- O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO	38
4.1 – O CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIFAP: ABORDAGENS CURRICULARES NO CENÁRIO ATUAL	38
4.1.1- Projeto Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo	39
4.2.- O OLHAR DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO	43
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERENCIAS	56
APÊNDICES	61

1. INTRODUÇÃO

A Profissão de Secretário Executivo tem conquistado notoriedade no mercado de trabalho em função dos desafios e problemáticas que as modernas gestões organizacionais demandam. Em decorrência disso, cresce a importância dos Secretários Executivos em funções de apoio aos quadros de comando e liderança. Desse modo, a noção de academia, como um contexto de forte determinante para a formação, e a posterior intervenção no processo educativo da coletividade passa a elucidar a respeito das proposições do imaginário social e da educação.

O mercado de trabalho, assim como as profissões, tem enfrentado um ritmo acelerado de inevitáveis transformações frente à recorrente competitividade engendradas pela globalização das economias na sociedade contemporânea. E nessa ciranda encontra-se a profissão de Secretário Executivo que, ao longo do tempo, tem, gradativamente, logrado posição de destaque nas organizações empresariais em face da multiplicidade de funções e conhecimento variado que a profissão oferece. A formação desse profissional tem sua base no Ensino Superior, no qual o currículo precisa estar aderente à dinâmica mercadológica.

É fundamental conhecer a realidade da Profissão de Secretário Executivo, a fim de possibilitar a identificação de suas limitações e potencialidades em relação à formação, à prática profissional e a inserção do profissional no mercado de trabalho. Assim, olhar sob uma perspectiva mais abrangente é estabelecer conexão entre a graduação e a prática profissional vivenciada nas organizações.

Há alguns anos suas atribuições eram limitadas, porém, nos tempos atuais o profissional dessa área busca a formação continuada a fim de potencializar o seu desenvolvimento profissional e aperfeiçoamento de suas habilidades e competências. A despeito disso, ainda existem inúmeras dificuldades que precisam ser discutidas e superadas, a exemplo do estudo feito por Freitas (2007) com a análise de instrumentos iconográficos e semióticos vinculados pela mídia em geral. A ideia principal era analisar filmes, músicas, histórias em quadrinhos e materiais diversos impressos, relacionados à exposição de conceitos e ideias da mídia em geral sobre a Profissão de Secretário Executivo.

Esse estudo evidenciou que a profissão é vista em uma perspectiva nacional e internacional sob padrões estereotipados, ou seja, ainda existe uma imagem

limitada e, muitas vezes, equivocada do profissional de Secretariado Executivo. Esse argumento é endossado por Andrade e Boas (2009, p. 92) que dizem que “o Secretário ainda se vê às voltas com preconceitos e rótulos vazios, os quais são perpetuados e mantidos pela sociedade [...]”. Isso implica numa resistência no reconhecimento da real importância da profissão.

O contexto ora discorrido nos conduziu à seguinte inquietação: O que estudantes do Ensino Médio pensam acerca da Profissão de Secretário Executivo? Assim, a pesquisa teve por objetivo identificar as concepções de estudantes do Ensino Médio acerca da Profissão de Secretário Executivo.

Laplantine e Trindade (1997) definem o imaginário como parte de uma representação mental sobre uma realidade exterior percebida. Para estes autores (1997, p. 6), é como se “o processo do imaginário constituísse da relação entre o sujeito e o objeto que percorre desde o real, e que aparece ao sujeito figurado em imagens, até a representação possível do real”.

Este argumento é reforçado por Bronislaw Baczko (1984, p. 309), o qual conceitua imaginário social como “aspectos da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade do seu produto”. Os imaginários sociais compõem uma diversidade de referências, dentro do extenso sistema simbólico que qualquer coletividade é capaz de produzir. Assim, o imaginário social auxilia na distinção entre a imaginação individual e os grandes simbolismos que existem nas culturas.

Para compreender as epistemologias das categorias que deram sustentação à pesquisa recorreremos ao estudo bibliográfico acerca de educação popular, imaginário social, círculo de cultura e a Profissão de Secretário Executivo. Definimos que a abordagem da pesquisa seria qualitativa, pois de acordo com Godoy (1995, p. 59), por esse tipo de pesquisa obtêm-se “dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos”. O autor salienta que através da pesquisa qualitativa é permitido comparar diferentes pontos de vista. Godoy (1995, p. 62) ressalta, também, que “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”.

Goldenberg (2004, p. 63) acrescenta ainda que “é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais”. Esse tipo de pesquisa visa investigar percepções gerais e mais próximas possíveis da realidade a ser observada. A concepção ora apresentada está aderente ao que defende Godoy (1995, p. 62) quando ressalta que a pesquisa qualitativa possibilita ampliação do conhecimento, por meio de uma observação mais apurada da situação estudada.

Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo.

Essa concepção de Godoy (1995) reforça a importância de uma visão holística acerca do objeto de estudo em questão, permitindo, assim, uma análise de vários fatores relacionados à situação pesquisada, de modo a subsidiar a coleta diversificada dos dados. Este autor salienta a importância do pesquisador em utilizar a si próprio como instrumento mais confiável para observar, selecionar, analisar e interpretar os dados coletados, pois é, através dele que as informações serão passíveis de análise.

Para viabilizar a pesquisa de campo foi utilizada a técnica criada por Paulo Freire denominada como Círculo de Cultura, a qual foi idealizada em 1967 e consistia na discussão temática em grupos. Os grupos eram consultados e sugeriam um tema a ser debatido, cabendo ao coordenador do círculo junto com o grupo, tratar a temática proposta com mais profundidade. Não havia um número definido de participantes e os sujeitos eram autônomos para expressar o que pensavam.

Os círculos de cultura tinham como propósito estimular a tomada de consciência dos participantes para serem cidadãos críticos na sociedade. Freire (1967, p. 110) considera consciência como o conhecimento e discernimento das situações e da realidade empírica que permeia o cotidiano da sociedade, pois a consciência ingênua é fragmentada e sem conexão com a realidade.

Freire (1967, p. 105) reforça ainda que a consciência crítica “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais”. Esse tipo de consciência está intrinsecamente relacionado e integrada a realidade, pois, trata do conhecimento

crítico sobre o mundo. Freire (1967, p. 25) acreditava que todos possuíam um potencial para superar a “consciência ingênua” e alcançar a “consciência crítica”. Segundo ele, para que isto acontecesse havia o Coordenador de Debates. Desse modo, as aulas seriam dialogadas. Em lugar de um participante ouvinte e passivo, instigavam os participantes a serem ativos e participativos, e em lugar de pontos, uma programação compacta, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado (PADILHA, 2004, p. 169).

Essa técnica foi desenvolvida por Freire (1967, p. 07) para a alfabetização de pessoas com o intuito de despertar um aprendizado consciente, em que a liberdade de se expressar seria o ponto inicial para a construção de um ser crítico, envolvido no debate de temas sociais e políticos pertinentes à realidade em que o mesmo estava inserido.

Na presente pesquisa, a técnica foi utilizada para coletar dados sobre a concepção dos alunos sobre a profissão de Secretário Executivo em um processo pedagógico de discussão sobre a realidade. Freire (1967) explica que essa técnica possui um princípio essencial: a alfabetização e a conscientização jamais se separam, e todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando.

Esse processo de alfabetização se dava através das rodas de conversa, às quais se reuniam um grupo de pessoas e, em um primeiro momento, eram expostas imagens referentes ao assunto ou objeto a ser estudado e discutido, a fim de provocar uma inquietação, uma contribuição inicial dos participantes, observando suas reações e percepções primárias sobre o assunto. Posteriormente, eram acrescentados palavras e comentários ao tema em discussão, indicando seu real significado. Para o autor:

O ponto de partida para o trabalho no círculo de cultura está em assumir a liberdade e a crítica como o modo de ser do homem, [...] o círculo se constitui assim em um grupo de trabalho e debate. Seu interesse central é o debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo, mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social. (FREIRE, 1996, p.15 – 16)

Metodologicamente, a pesquisa realizada baseou-se nessa ideia de questionar situações e concepções inerentes ao tema central discutido; nesse caso,

especificamente, a investigação acerca da imagem do Profissional de Secretariado Executivo. Nessa perspectiva, utilizamos como estratégia a roda de conversa, a qual se adere à abordagem qualitativa. A pedagogia do círculo de cultura de Freire tinha um caráter educativo, discursivo e reflexivo para estimular espontâneas associações. Assim, a presente pesquisa, em que os estudantes associaram livremente, estimulados por palavras indutoras, suas percepções sobre o assunto proposto.

A técnica descrita foi aplicada a estudantes do segundo ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Gabriel Almeida Café, localizada na zona central da cidade de Macapá. Na convocação dos participantes, tivemos o apoio da coordenação pedagógica da escola, após reunirmos com ela para explicarmos o objetivo do encontro com os estudantes. Essa escola reúne estudantes de diversos bairros, onde estão em processo de preparação para ingresso no Ensino Superior.

Como estratégia para a coleta de dados foi adotada a roda de conversa por se caracterizar como um encontro para partilha de informações e confronto de ideias, onde as liberdades da fala e da expressão proporcionam ao grupo como um todo, e a cada indivíduo em particular, o crescimento "na compreensão dos seus próprios conflitos" (FREIRE, 1967, p. 22). Na roda de conversa cada participante esteve livre e foi estimulado a participar do processo, tendo o direito de tomar a palavra para expressar suas ideias, emitir suas opiniões e pronunciar a sua forma de ver a Profissão de Secretário Executivo.

Para Freire (1967, p. 142), a roda de conversa pode se dar em diferentes momentos ou situações. Nos momentos apropriados, ela aparece como parte do planejamento realizado pelo instrutor e tem por grande objetivo a construção de ideias em torno de um tema gerador e das atividades necessárias para o desenvolvimento do processo, nesse caso, o imaginário social sobre a Profissão de Secretário Executivo.

Em um primeiro momento, apresentamos aos sujeitos as informações pertinentes à condução das atividades, enfatizando a importância da contribuição deles com nosso trabalho, seguido da projeção de imagens referentes ao objeto de estudo, a fim de problematizar questões e estimular a participação.

O encontro foi registrado por meio de áudio, fotografias e filmagens, pois, conforme Deslandes (1994) fotografias e filmagens se apresentam também como recursos de registro aos quais podemos recorrer. Não houve fixação do número de sujeitos, mas participaram da pesquisa estudantes realmente interessadas no tema proposto como reforça Goldenberg (2004, p. 50), “o número de pessoas é menos importante do que a teimosia em enxergar a questão sob várias perspectivas”.

Os dados foram analisados com o amparo da análise de conteúdo de Bardin (1977). A análise de conteúdo trata de um conjunto de procedimentos metodológicos para a apreciação e tratamento crítico das informações coletadas, na qual existem fases a serem seguidas para a interpretação dos dados e discursos coletados na pesquisa (BARDIN, 1997). A análise de conteúdo surgiu em meados do século XX e seus primeiros estudos estavam voltados para a comunicação de massa. Dentre suas funções, o autor destaca a verificação de hipóteses e/ou questões e a descoberta sobre o que está por trás dos conteúdos manifestados.

Nos apoiamos, também, em Fossá e Silva (2013, p. 03) que defendem a divisão da análise em etapas em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira fase prevê, dentre outros, leitura flutuante e escolha dos documentos. A segunda compreende a exploração do material coletado, na qual é montado um esquema de codificação dos dados coletados, em que serão separadas unidades e categorias de registro. E por fim, a última fase que remete à interpretação e compreensão dos dados para verificação dos resultados, no caso desta pesquisa, as falas dos estudantes.

A relevância da pesquisa está em apresentar meios que possibilitem captar, no seio da sociedade, informações que possam subsidiar a reformulação de PPC no âmbito da UNIFAP, a fim de que seus componentes curriculares estejam sintonizados com a necessidade da formação em nível superior.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: esta seção que é de caráter introdutório; na segunda seção dissertamos sobre as possibilidades do Ensino Superior para aprofissão; na seção três, o currículo e suas particularidades com a Profissão de Secretário Executivo; na quarta seção, o olhar dos estudantes sobre a profissão de Secretário Executivo; e, na quinta, nossas considerações finais.

2. ENSINO SUPERIORE AS POSSIBILIDADES PARA A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO

O presente capítulo abordará diversas concepções sobre o Ensino Superior em contexto geral, perpassando pelas peculiaridades e associação com o cenário global.

2.1 CONTEXTUALIZANDO O ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior, ao longo de anos, tem exigido contínuos aperfeiçoamentos, dada a necessidade de acompanhar as evoluções exponenciais evidentes no mercado mundial. Nos dias atuais, é imperioso o alcance, dessa modalidade de educação, pela sociedade, tanto em face da urgência de absorção de novos conhecimentos quanto pela imposição do mercado de trabalho que se qualifica freneticamente em face da fervorosa competitividade suscitada pela globalização das economias. Sua expansão no Brasil ocorre, progressivamente, em razão de diversificadas formas de acesso pela sociedade. Observou-se, nos últimos anos, crescente procura por cursos superiores, desencadeada, sobretudo, pela necessidade de reunir condições de empregabilidade.

Conforme salientam Humerez e Jankevicius (2015, p. 7):

Esta expansão foi propiciada pela Constituição de 1988, que abriu o ensino à Iniciativa Privada, cujas normas gerais foram definidas na Lei de Diretrizes e Bases do Ensino nacional – LDB (Lei 9394 de 1996), mudando a concepção da educação no país e implantando a legislação de Avaliação, Regulação e Supervisão do Ensino que apareceram no século XXI.

A expansão engendrada nas últimas décadas, pode ser vista por meio do expressivo aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES), de ações do Governo Federal quanto ao aumento do número de vagas, matrículas, cursos de graduação e modalidades de ensino de graduação, como a Educação à Distância (EaD).

O Ministério da Educação do Brasil define, para efeito de registros estatísticos, que as instituições de Ensino Superior estão classificadas da seguinte maneira: Públicas (federais, estaduais e municipais) e Privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares). Essa definição está relacionada com as

formas de capacitação com que cada um dos modelos assegura para sobreviver no cenário da Educação Superior. Assim, novas normas e diretrizes foram criadas com o propósito de melhorar o sistema de ensino brasileiro, a fim de transmitir e disseminar conhecimento, no sentido de gerar mudanças para promover a equidade e ampliação de mecanismos de inclusão social (SHÖN, 2000).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDB), o Plano Nacional da Educação - (PNE), além de normas e diretrizes, entre outros, foram implementadas visando o fortalecimento e o fornecimento de subsídios ao sistema de ensino brasileiro. A LDB e suas alterações trazem em seu arcabouço, o objetivo de disciplinar a estrutura e delinear o funcionamento do sistema escolar brasileiro. Assim, o art. 45 da aludida lei, assinala que, “a educação superior será ministrada em instituições de ensino públicas ou privadas com variados graus de abrangência ou especialização.

O atual cenário em que o mundo se encontra, no qual as questões enfrentadas pela sociedade crescem progressivamente em função dos avanços tecnológicos, dentre outros, suscita mudanças marcantes na vida humana individual e em sociedade. Nesse contexto, o mercado tem exigido do profissional capacidade diferenciada para analisar cenários, criar idéias e enfrentá-las. Para tanto, é primaz a qualificação e inovação, as quais são providas pela educação, inclusive de forma continuada.

Partindo desse pressuposto, é fundamental o Ensino Superior, frente a sua incontestável importância quanto aos conhecimentos movidos, de forma teórica e construída a partir da inter-relação entre as diversas áreas do saber. Além disso, essa modalidade de ensino possibilita o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo, razão pela qual é considerada o alcance de maior ascensão no sistema de ensino.

Souza (1991) salienta que a preparação profissional por meio do Ensino Superior tem requerido do sujeito muito mais do que acúmulo de informações, dada a realidade repleta de problemas, incertezas com que se defronta na sociedade atual. Assim, as Instituições de Ensino Superior têm buscado estratégias de organização e alternativas educacionais sintonizadas com um processo de ensino-aprendizagem aderente a essa realidade e capaz de prover incremento na formação global dos acadêmicos. A aprendizagem de conhecimentos necessários para a vida em sociedade, fomentada pela participação dos alunos em relações sociais

diversificadas e cada vez mais amplas (exercitando diferentes papéis em grupos variados) também é importante à compreensão da realidade, além de favorecer e facilitar a inclusão que mesmos num contexto maior na questão de relacionamentos interpessoais.

Segundo Veen e Vrakking (2009), uma das finalidades da educação ao longo dos tempos é preparar os indivíduos para exercerem diversos papéis na sociedade, e a Universidade, como grande escola formadora de profissionais e praticante de uma pedagogia que deve ser, segundo nossas leis, democrática, não constitui exceção ao que se afirmou acima. Essa Instituição tem, portanto, em relação ao que aqui estamos introduzindo, dois papéis fundamentais, que é a de formar o profissional com a mentalidade aberta ao trato da diversidade em qualquer setor de nossa sociedade e, ainda, servir de exemplo ou modelo, no decorrer do próprio processo de formação desses profissionais, no que tange à formação cidadã, adotando uma prática pedagógica adequada ao contexto de vivências do estudante.

De acordo com Dubar (2005), determinados acontecimentos na vida social dos indivíduos revelam fatores de grande relevância na construção de sua identidade profissional, tais como: a escolha da profissão, a saída do sistema escolar e conseqüente confrontação com o mercado de trabalho, além do processo formativo. Esses fatores possuem alusões marcantes na formação de uma identidade básica inicial a partir da qual se delineará a potencial trajetória de emprego e a projeção da vida pessoal e profissional. É importante destacar que o processo formativo possibilita incorporar saberes necessários à estruturação das relações com o trabalho e com a futura carreira profissional.

Desse modo, verifica-se que as instituições de Ensino Superior assumiram, também, nas últimas décadas, o papel de formadoras dos novos profissionais do ensino, entendendo que os cursos de formação devem contemplar, em suas ações, a construção e o fortalecimento de uma identidade profissional que possibilite o desenvolvimento de saberes inerentes à atividade dos futuros profissionais ali formados. Ao se aprofundar nos estudos sobre o Ensino Superior, observou-se que o interesse da sociedade tem aumentado significativamente e que a educação dos tempos atuais se relaciona fortemente com um campo de forças ligado ao futuro.

Menezes (1983) considera que a busca pela Educação Superior reflete a crença disseminada na função de instrumento de qualificação profissional e de promoção de desenvolvimento político-econômico, social e cultural e, nesse

processo, os profissionais graduados costumam ter uma formação diferenciada em relação às demandas da realidade. Esta concepção é complementada por Libâneo (2002, p.51) ao anunciar que “a escola é o mundo do saber: saber ciência, saber cultura, saber experiência, saber modos de agir, saber estratégias cognitivas, saber sentir; é o mundo do conhecimento”.

Paldês (1998) afirma que uma das finalidades do Ensino Superior é constituir-se na etapa final da formação cultural e profissional do cidadão, endereçando-o para as funções de investigação científica, produção e difusão do conhecimento. Assim, todo esse contexto acerca do Ensino superior é enfatizado por tendências ou correntes influenciadas pela importância da interatividade no processo de aprendizagem, a qual está implícita na própria LDB quando dispõe em seu Capítulo IV, sobre a Educação Superior:

- I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição (LDB,1996, art.43).

Nesse contexto, é possível observar, que a prática educativa no Ensino Superior tem, na formação, o intuito de referenciar os sujeitos envolvidos, e ainda, a sua formação na sociedade. Ao encontro disso, Pimenta e Anastasiou (2002, p.259) asseveram que:

o avançar no processo de ciência e do desenvolvimento profissional, mediante a preparação pedagógica não se dará em separado de processos de desenvolvimento pessoal e institucional: este é o desafio a ser hoje, considerado na construção do conhecimento no ensino superior.

Segundo o Art. 43 da LDB, preparar os profissionais nos diversos campos da cultura não significa repassar uma instrução técnica, mas assegurar a formação integral dos acadêmicos, onde cabe uma responsabilidade social da qual decorrem exigências específicas, ou seja, é necessário formar profissionais com habilidades diversificadas para o mercado de trabalho, em que pese o estímulo da criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do próprio pensamento de reflexão dos envolvidos nesta abordagem de ensino.

Mizukami (1986) elucida que em uma lida rigorosa com o conhecimento, donde a necessidade do investimento na prática da pesquisa, no domínio de metodologias especializadas de investigação, na consolidação da pós-graduação como escola de construção do saber, no compromisso com a competência técnica, a Educação Superior deve buscar de forma contínua, o melhor entendimento entre o homem e seu meio, onde a integração de conhecimentos e o estabelecimento de uma relação mais integrada com a comunidade seja um fator de significância na construção do saber.

Para Alves (1993), o profissional a ser formado é, antes de tudo, um ser humano, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana bem como um cidadão que precisa estar comprometido com a democratização das relações sociais. Assim:

Toda e qualquer ideia sobre ensino, visto enquanto educação desenvolvida na escola, inclui necessariamente um pensar sobre a formação dos profissionais que nele atuam. Por isto mesmo, acreditamos ser necessário perceber-se quais foram as formas de se ver a escola e como se pensou o profissional que nela atuava (Alves, 1993, p.103).

Nesse universo o que se espera do Ensino Superior não é apenas o conhecimento técnico-científico, mas também um retorno positivo quanto aos conhecimentos adquiridos, por parte dos profissionais formados pela Universidade, e também sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social e sem dúvida, a Educação Superior vem dando amplas demonstrações de sua

importância para promover transformações na sociedade, o que inclui a perspectiva de reversão do estado de pobreza que se avoluma cotidianamente.

Carnerio (1995, p. 06) salienta que:

A educação passa a ser encarada como a principal determinante da reversão da pobreza estrutural e o único fator que pode ser verdadeiramente responsável por vencer o 'círculo de ferro da exclusão', formulado com base na asserção evidente de que, de outro modo, a pobreza socializa inevitavelmente para a continuação da pobreza.

Veiga e Carvalho (1994, p. 50) afirmam que “o grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera ‘repetidora’ de programas de ‘treinamento’, é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais”. Deste modo, imersas em um contexto de transformações nas diversas instâncias de organização da sociedade (ainda que de diferentes formas e com resultados díspares), as Instituições de Ensino Superior enfrentam um duplo desafio: por um lado atualizar-se e inserir-se nesta nova realidade, revendo suas formas de organização e de relacionamento com seus atores-chave e dando um novo sentido ao seu papel social, e de outro lado, entender, interpretar e apontar soluções para os problemas que tais transformações colocam aos indivíduos e grupos sociais.

Para Schmied (1983) o desenvolvimento requer cada vez mais a ampliação dos níveis de escolaridade da população, e que as necessidades do desenvolvimento e, conseqüentemente, o novo perfil da demanda exigem flexibilidade, agilidade, alternativas de formação adequadas às expectativas de rápida inserção num sistema produtivo e em constante mudança.

Essas exigências se desdobram em implicações e demandam mudanças na postura acadêmica e no modo de conceber e de implementar o currículo e a sua prática pedagógica, uma vez que:

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural e, ao mesmo tempo, cunhada socialmente da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais (SCHMIED, 1983, p. 44).

Nesse contexto, impõem-se uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do Ensino Superior que envolve elevado investimento, em que a habilidade em lidar com o conhecimento como ferramenta de intervenção no mundo natural e no mundo social é pré-requisito para qualquer profissão, em qualquer área de atuação dos sujeitos humanos, como também para a condução da existência humana.

Tyler (1978) explica que a educação está ligada a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado. Ademais, é possível observar que quando o método de ensinar e a prática pedagógica abordam temas que envolvem o contexto do aluno, ele participa ativamente, e adquire autonomia para lidar com distintos acontecimentos.

Nessa direção, Taba (1950, p.3) advoga que “a educação deve gradualmente libertar as pessoas das limitações nelas impostas por suas experiências imediatas pessoais e culturais”. Deste modo, é necessário para a formação profissional, práticas e metodologias pedagógicas que propiciem ao acadêmico uma postura crítica, afim de que ele possa desenvolver um papel relevante como meio propiciador de aquisição de saberes e práticas indispensáveis à sua ação.

Castelli (2012, p. 5) referencia que “o ato de ensinar requer, assim, uma visão ampliada do processo Educacional”. Com isso, a formação no Ensino Superior, demanda dos sujeitos participação ativa, de modo a estabelecer um relacionamento interativo na produção de ensino e pesquisa, e assim, despertar a consciência de uma nova identidade, com novas concepções de ensino e um novo olhar no processo do desenvolvimento pessoal e institucional. Castelli ainda explica:

Que a Universidade assim, por sua vez, tem responsabilidades que vão além das definições visíveis, na elaboração, implantação e construção do conhecimento científico, dentro de uma coerência, que deva ter em mente a ética, a política social e principalmente o ensino e suas abrangências. Tais concepções vêm por interferir diretamente, não só no campo social e político, mas também nos aspectos culturais/educacionais (2012, p.5).

A formação profissional, portanto, assume um papel de relevo inquestionável como meio propiciador de aquisição de saberes e práticas indispensáveis à ação do sujeito, onde novas técnicas se fazem necessárias devido às transformações

educacionais. Esse movimento também se reflete no Estado do Amapá que, desde 1988, quando passou à condição de Estado, tem vivenciado progressivas transformações em todos os âmbitos, inclusive no educacional.

2.2 O ENSINO SUPERIOR NO AMAPÁ

O surgimento da Educação Superior no estado do Amapá nos remete a um fato que situa a sua história. O extinto Território Federal do Amapá, antigamente, era integrado ao território paraense, cuja influência sobre o então território refletia-se também na educação, sobretudo no Ensino Superior. Esse fato se confirma na fala de Guimarães (2012, P. 42) ao descrever que “o Ensino Superior no território do Amapá ocorreu somente na década de 70, quando a Secretaria de Educação, necessitando qualificar o quadro de professores [...] celebrou um convênio com a Universidade Federal do Pará”.

Tendo em vista a oferta de cursos superiores para subsidiar a formação curricular de professores atuantes no interior do Estado, foi criado o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), conveniado ao Conselho de Educação (CE) e sua atuação deu-se por meio do Parecer nº 663 – CFE, em que:

O parecer nº 663 de 1970 do Conselho Federal de Educação regulamentou e autorizou a UFPA a atuar no então Território Federal do Amapá oferecendo cursos de Licenciatura Polivalente de 1º Ciclo nas áreas de Letras, Estudos Sociais, Ciências Naturais, numa primeira fase. Esses 89 cursos eram ministrados em etapas letivas, durante o recesso escolar, isto é, nos meses de julho, janeiro e fevereiro. (MAUÉS, OLIVEIRA e COSTA, 2006, p. 24).

Posteriormente, o núcleo passou a oferecer outros cursos voltados para atuação de professores do Ensino Fundamental, e, em 1980 foram implantados cursos complementares para professores atuantes no Ensino Médio.

Ferreira (2005, p. 162) referencia que o núcleo foi devidamente instalado em janeiro de 1971, no antigo Ginásio de Macapá (GM), que depois passou a ser chamado de Escola Integrada de Macapá e, atualmente, Escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes. Tempo depois, ele foi transferido para o Instituto de Educação do Território (IETA), hoje extinto. Além desses locais, o núcleo funcionou em outros

endereços (Escola Tiradentes, Barão do Rio Branco e Emílio Médici). Por fim, funcionou onde atualmente está instalada a UNIFAP.

Até o ano de 1980, o núcleo era a única alternativa de estudo do Ensino Superior no Estado. Suas atividades iniciaram no ano de 1970 e se encerraram em 1992, contribuindo, sobremaneira para a criação da primeira Instituição de Ensino Superior Pública do Estado do Amapá. Com o encerramento de suas atividades o local foi repassado para sediar a atual Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Essa Instituição foi pioneira na Educação Superior genuinamente amapaense. A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) foi criada por meio da Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, porém, só foi instituída através do Decreto nº 98.997, de 02 de março de 1990, em que designou a sede e outras informações referentes à sua instalação (FILHO, 2010, p. 72).

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), instituição de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação, é uma Fundação Pública de direito privado, mantida pela União, criada pela Lei nº. 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instalada pelo decreto nº. 98.977, de 02 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la para atuar em atividades de Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Obedecendo aos princípios legais, a organização da Universidade prioriza a permanente valorização e qualificação dos recursos humanos.

Em seu Estatuto, os princípios fundamentais da organização estabelecem, dentre outros: (a) A unidade de patrimônio e administração; (b) Gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos participantes nos segmentos da comunidade institucional local e regional; (c) A racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; (d) A universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmo ou em razão de ulteriores aplicações em áreas técnico-profissionais. A UNIFAP possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Conforme estabelecido no Artigo 3º do seu Regimento Geral (2002, p. 4), a UNIFAP tem por objetivos e funções:

- I-ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão;
- II-desenvolver as ciências, as letras e as artes;
- III-prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e

IV-promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

Como norteadora de suas ações, a UNIFAP elaborou o seu planejamento estratégico (2015-2019), no qual situa a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre a sua estrutura organizacional, Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e à Pós-graduação, metas institucionais, políticas de atendimento ao discente, formas de comunicações, dentre outras informações institucionais (PDI-UNIFAP).

A Instituição tem buscado melhorar seus sistemas de informação, estrutura física, recursos acadêmicos e fortalecimento do corpo docente, oportunizando à sociedade programas de Extensão, Educação à Distância e Pós-Graduação, além da oferta de 26 cursos de graduação, com habilitações em licenciatura e bacharelado, dentre esses, o curso de Secretariado Executivo.

No início de suas atividades a UNIFAP contava na época, com 04 blocos para sala de aula e 01 para administração, sendo implantados os cinco primeiros cursos, todos com habilitação para magistério.

A Fundação Universidade Federal do Amapá, hoje Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), foi criada pelo Decreto Nº 98.997, de 02 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União Nº 43, de 05 de março de 1990, nos termos da Lei Nº 7530, de 29 de agosto de 1986, que autorizava o poder executivo a instituí-la” (GUIMARÃES, 2012, p. 43).

Esse autor ainda salienta (2012, p. 44) que “a instalação da UNIFAP [...] foi motivo de alegria para a população local, pois a comunidade pôde [...] vislumbrar a possibilidade de ingresso no Ensino Superior”. Sua instalação no Estado abriu a possibilidade e esperança de um futuro promissor para investimentos na educação dos amapaenses. Na tentativa de suprir a necessidade da falta de instituições de Ensino Superior no Estado, pois, até esse momento só havia a UNIFAP em funcionamento, foi fundada a primeira instituição particular de ensino para oferta de cursos superiores. Surge então em 1992, o Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP.

Costa (2013, p. 85) destaca que “os empresários perceberam que os estudantes que concluíam o Ensino Médio antes de 1992, teriam que obrigatoriamente se deslocar de Macapá, em busca de continuar seus estudos em outro Estado”. Portanto, a criação do CEAP representou mais uma alternativa para a sociedade investir na sua Educação Superior.

Com base no exposto, as principais razões que justificaram a criação de IES particulares no Estado, em especial, concentradas na capital, Macapá/AP, destacam-se o momento histórico de mercadorização da Educação Superior, vivenciado no contexto nacional, bem como o aumento do número de egressos do Ensino Médio. Paralelamente, é nesse período que a privatização ganha força no País e a educação torna-se um “nicho comercial” aos empresários locais interessados em acessar a demanda de estudantes que não ingressam nas poucas vagas disponíveis nas IES públicas, as quais são disputadas por processos seletivos concorridos (COSTA, 2013, p. 86).

O surgimento dessas instituições influenciou na mudança cultural da sociedade amapaense, pois, com o aumento de estudantes cursando o Ensino Médio e posteriormente interessado em ingressar no Ensino Superior, surgiu uma oportunidade de negócios para os empresários deste setor educacional e um número maior de formandos do terceiro grau, mudando conseqüentemente o cenário do nível de escolaridade da sociedade amapaense.

Desde então, observamos um crescimento no que diz respeito a Instituições privadas ofertantes do Ensino Superior no Estado, tanto na modalidade presencial quanto na educação à distância. Guimarães, Melo e Ramos (2015, p. 96) analisaram que esse cenário foi benéfico para a expansão privado mercantil. Esses autores ainda destacam que até 2013 “o Brasil possuía 2.391 IES, tendo crescimento de 165,7% em relação ao ano de 1997. Do total de instituições existentes, 146 estavam localizadas no Norte e 16 no Amapá, ampliando-se, no período em questão, respectivamente, 329,4% e 700%”. Conforme salientam Ferreira e Mendes (2010, p. 110):

Observou-se um forte crescimento no número de instituições privadas no estado, visto que em 2000 havia apenas uma IES de nível superior pública; em 2004, saltou para dez (BRASIL/INEP, 2006); e, em 2010, passou para 19 (BRASIL/IBGE, 2010). Enquanto se verifica uma tendência de forte crescimento da oferta de vagas na rede privada, o crescimento na rede pública demonstra um crescimento muito mais desacelerado. Este desequilibrado jogo de forças favorece ao empresariado do setor, que percebe nesta demanda reprimida uma excelente oportunidade para auferir lucros.

Segundo Amaral (2008, p. 17) “as grandes ampliações das instituições privadas colaboraram para oferecer à população uma maior oportunidade de acesso ao ensino universitário”.

No estudo realizado por Guimarães, Melo e Ramos (2015, p. 99) analisando o período compreendido entre a criação da UNIFAP até o ano de 2013, foi observada a seguinte situação:

Da mesma forma, o período analisado demonstrou o crescimento das matrículas em cursos de graduação também foi hegemonizado pela iniciativa privada. Nacionalmente ampliou-se o domínio já existente, iniciado no regime militar, fazendo com que a participação do setor público fosse reduzida de 39%, em 1997, para 28,9% (registra-se que esse índice atingiu, em 2007, 25,4%). Para a região Norte e o estado do Amapá esse processo foi mais intenso, visto que antes do processo de expansão privado-mercantil, as matrículas nesses espaços geográficos, eram majoritariamente públicas. Em 1997, as IES públicas atendiam, respectivamente, no Norte e no Amapá, 67,8% e 79,7%, já em 2013 esses números caíram para 43,9% e 32,9%.

Certamente, hoje os números dessas instituições privadas no estado aumentaram, assim como as públicas também. Atualmente, existem três instituições públicas que ofertam o Ensino Superior no Amapá, conforme destaca Guimarães, Melo e Ramos (2015, p.94):

A recuperação da participação do setor público se deu em função do surgimento da Universidade Estadual do Amapá (UEAP), criada por meio da Lei n. 0969, de 31 de março de 2006 e instituída pela Lei nº. 0996, de 31 de maio de 2006, mas que somente passou a ser inserida no Censo da Educação Superior a partir de 2009. Nesse período final também foi instituída a Escola Técnica Federal do Amapá, Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, atual Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Portanto, reforça Silva (2010, p. 23) que o cenário educacional amapaense está cada vez mais composto pela presença de instituições de Ensino Superior pública e privadas assumindo a responsabilidade na ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão. Com o advento dessas instituições e das vocações profissionais em face das transformações no Estado, foram criados cursos que se alinham a esse processo, como por exemplo, o curso de Secretariado Executivo.

E nessa modalidade, a construção do currículo deve estar aderente às políticas educacionais e às necessidades formativas para ingresso no mercado de trabalho. O currículo é essência do funcionamento de um curso superior de qualidade e, portanto, o instrumento norteador de práticas acadêmicas.

3. CURRÍCULO: PARTICULARIDADES E INTERNEXÃO COM A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO

A sociedade contemporânea vem mudando sistematicamente e, com ela, a educação toma novos rumos. Nesse processo, o currículo revela-se instrumento norteador das práticas de formação, as quais em sua estrutura delineiam entre discursos, práticas e demandas no âmbito da formação humana e profissional.

O Currículo, inserido nesse contexto, deve ser compreendido como um instrumento capaz de expressar poder, influenciando deste modo, professores, estudantes, empresas e a sociedade em si, para o aprimoramento da Educação, no sentido de direcionar o ensino para a empregabilidade e a inclusão social de forma dinâmica.

Para Dias, Silva e Moraes (2008, p. 154) “as reformas curriculares assumem a tarefa de contribuir para a restauração do cenário econômico e político da sociedade, seja no sentido de possibilitar a ampliação das desigualdades sociais ou de contribuir com a emancipação humana”.

Verificamos que não há consenso em torno da palavra currículo, fatores sociais, econômicos, políticos e até culturais, influenciam, de certo modo, a forma como estudiosos dessa matéria constroem um pensamento e a maneira como concretamente o currículo é materializado.

Apple (1994, p. 59) argumenta que:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...] Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

Sacristán (2000), explica que etimologicamente, a palavra Currículo vem do *latim curriculum*, que tem como significado pista de corrida, em que o indivíduo constrói a sua vida. O Currículo é um instrumento de função socializadora, um elemento indispensável à prática pedagógica, pois ele está estritamente ligado às variações dos conteúdos, a sociedade, a profissionalização dos docentes.

Sacristán (2000, p.17) descreve que:

Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado.

Conforme o autor, a educação tem poder ímpar na sociedade, através dela é que o conhecimento é difundido e o Currículo passa a ser considerado um veículo de interesses sociais e, através de formas variadas, concorda com valores e crenças de grupos que se prevalecem, de maneira dominante.

Silva (2001) descreve o Currículo como um dos enfoques da educação, e que não se trata de uma ferramenta de cunho exclusivo, dirigida ao processo de ensino, mas que pode integrar e incentivar o desenvolvimento de competências e, ainda, ocasionar mudanças sociais e culturais nos indivíduos. O conhecimento que constitui o currículo está vitalmente ligado naquilo que somos e naquilo em que ao longo do tempo nos tornamos, nos referenciando na nossa identidade e em nossa subjetividade.

Sacristán (2000, p. 21) defende que:

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas.

Para o autor, o currículo é uma prática pedagógica em contínuo processo de reformulação, no qual os conhecimentos são avaliados como sendo uma ferramenta necessária no processo de ensino-aprendizagem, sem limitar-se unicamente aos parâmetros curriculares, para que não se torne algo obsoleto, sem funcionalidade quando relacionados com outras instâncias de informações tão próximas e tão presente na vida da humanidade. Esse autor (2000, p.5) advoga que:

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Assim, o currículo não pode ser associado apenas a um documento didático. Sua função é bem maior e abrange uma gama de elementos do âmbito educacional e social simultaneamente, onde essa relação significa uma organização das

experiências humanas em prol da prática educativa. Seu conceito abrange diversos segmentos da educação.

Segundo Goodson (2007, p. 248) o “currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos”. Neste sentido, compreende-se nesta assertiva, que os conhecimentos que compõem o currículo, devem-se habituar às necessidades sociais a cada momento. Se assim não o for, se tornará mais um modelo sistemático e sem relevância social dentro do sistema de ensino.

Na visão de Sacristán (2000, p. 173), o Currículo corresponde ao mesmo tempo a: “ideias pedagógicas, estruturação de conteúdo de uma forma particular, detalhamento dos mesmos, reflexo de aspirações educativas mais difíceis de moldar em termos concretos, estímulo de habilidades nos alunos etc.”. Deste modo, não se pode considerar que seja um meio inocente e indiferente de difusão desinteressada de conhecimento social, mas, na verdade, uma relação de poder.

O Currículo, na visão de Silva (2001), é o espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e o político. Com isso, o autor ressalta que, fazer uma análise do currículo através das sistematizações das experiências vividas dos sujeitos envolvidos, significa relacionar a tradição cultural, refletir sobre o contexto social, na possibilidade de observar mecanismo de aprendizagem. Atualmente, o currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico, à determinada sociedade e às relações com o conhecimento.

Corroborando este pensamento, Apple (1999, p. 42) enfatiza que “a decisão de se definir o conhecimento de alguns grupos como digno de ser transmitido às gerações futuras, enquanto a História e a Cultura de outros grupos mal vêm a luz do dia, revela algo extremamente importante acerca de quem detém o poder na sociedade”. Nesse sentido, a educação e currículo são intimamente envolvidos com o processo cultural, como construção de identidades.

De acordo com Sacristán (2000, p.22):

[...] o currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação, etc., e que, enquanto são subsistemas em parte

autônomos e em parte interdependentes, geram forças diversas que incidem na ação pedagógica.

Percebe-se que alguns pesquisadores, voltados aos estudos de Currículo, sinalizam que os componentes curriculares de ensino produziram maior sentido à formação se estabelecessem vínculos com o contexto de atuação da vida dos sujeitos em formação e dos saberes necessários ao exercício da profissão. Desse modo, é salutar que a proposta de currículo para a contemporaneidade cultive, em sua estética, elementos que auxiliem o modo de pensar e o de exercer cada profissão.

Para Silva (1996, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Segundo Freire (1967), a educação deve conscientizar os estudantes e capacitá-los para refletirem criticamente sobre sua própria posição no mundo e sobre seu próprio destino, levando-o a verificar qual o seu papel no processo de vencer o atraso do país, e conseqüentemente as diferenças sociais. Para isso, esse autor salienta que é preciso ter uma visão mais abrangente sobre do currículo, uma vez que é nessa concepção que faz com que o aluno desenvolva sua consciência crítica.

Para Moreira (2003, p. 129) o conteúdo curricular para constituir-se em instrumento de conscientização para os indivíduos, precisa corresponder à rerepresentação organizada, sistematizada e desenvolvida das coisas que eles desejam entender melhor. Nessa perspectiva, devemos considerar que o currículo se refere a uma realidade histórica, cultural e socialmente determinada, e se reflete em procedimentos didáticos, administrativos que condicionam sua prática e teorização.

Moreira (2003, p. 145) destaca ainda, que “o currículo é visto como um dos instrumentos essenciais para tal socialização”. Assim, a elaboração de um currículo é um processo social, no qual convivem lado a lado os fatores lógicos,

epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como poder, interesses e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero.

Moreira (2003, p. 5) fomenta que o currículo constitui um dos elementos centrais do Projeto Pedagógico, que é instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, na qual devem ser definidos alguns componentes, como a concepção do curso, a sua estrutura, seus procedimentos de avaliação e ainda, os instrumentos normativos de apoio, como composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, entre outros.

O Parecer CES/CNE 146/2002 dispõe que o Projeto Pedagógico deve ser coerente com as diretrizes curriculares em vigor e deve contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil profissiográfico dos concluintes e tudo quanto se refira ao desenvolvimento do curso, obedecendo as diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação. E ainda, estabelece que:

as instituições de ensino superior deverão, na composição dos seus projetos pedagógicos, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização, destacando-se os seguintes elementos, sem prejuízos de outros:

- Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, política, geográfica e social;
- Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- Formas de realização da interdisciplinaridade;
- Modos de integração entre teoria e prática;
- Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- Modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- Cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização, integradas e/ou subsequentes à graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com a evolução das ciências, das tecnologias e das efetivas demandas do desempenho profissional, observadas as peculiaridades de cada área do conhecimento e de atuação, por curso;
- Incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- Concepção e composição das atividades de estágio, por curso;
- Concepção e composição das atividades complementares;

- Oferta de cursos sequenciais e de tecnologia, quando for caso (PARECER CES/CNE 146/2002, p. 08).

O PPC deve definir a identidade formativa nos âmbitos humano, científico e profissional, as concepções pedagógicas e as orientações metodológicas e estratégicas para o ensino e a aprendizagem e sua avaliação, o currículo e a estrutura acadêmica do seu funcionamento. Assim, o currículo nesse contexto, deve ser elaborado enquanto um fluxo articulado de aquisição do saber, num período de tempo delimitado. Ele deve ter como base a flexibilidade, a proposição de mais de uma trajetória, possibilitando ao aluno a escolha de seu percurso acadêmico (PARECER CES/CNE 146/2002).

Ainda na concepção de Sacristán (1999, p. 61):

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

Assim, o currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social. Ele está estritamente ligado a relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que acabam por atuar no sistema educativo em certo momento, tendo em seu conteúdo e em suas formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico.

Conforme Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. Assim, devem-se alinhar às necessidades da relação ensino-aprendizagem com as diferentes propostas de organização curricular, e conseqüentemente, viabilizando o desenvolvimento da formação docente voltada para o contexto da sociedade. Percebe-se, com isso, que o discurso e a construção curricular não se deram sobre uma única ideologia, e sim sobre influências de objetivos e interesses diferentes, percebendo deste modo, a importância de não se desvincular o currículo da constituição histórica e social.

Freire (1996, p. 05) realça a importância da dimensão técnica e política da prática curricular, alertando que:

Conhecimento não se transfere – se produz, se recria. E para que eu produza, recrie, adquira, conquiste, conhecimentos, eu preciso funcionar como um sujeito curioso não como um sujeito objetivado memorizando a transferência da descrição do perfil do conteúdo.

Para Freire (1996) não há separação entre transmissão e produção do saber, ele faz um reconhecimento da importância do conteúdo na prática curricular, onde essa importância seja entendida como um processo de mediação para o ensino da forma de conhecer, ou, em outro contexto, para o conhecimento. Para esse autor (1996, p.77):

A nossa capacidade de aprender, de que decorre de ensinar, sugere, ou mais do que isso, implica a nossa habilidade de aprender a substantividade do objeto aprendido. A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona como paciente de transferência de conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento e participa de sua construção.

Neste sentido, é possível compreender a importância e proeminência que o currículo tem para as instituições de ensino no sentido de formar cidadãos conscientes de suas próprias responsabilidades. Sobre essa abordagem Moreira (2003, p.04) menciona que:

Não se pode esperar que um estudante atue crítica e criativamente em processos de transformação social (tanto de seus ambientes mais próximos quanto da sociedade como um todo), sem ter aprendido os conhecimentos necessários para se mover adequadamente nesses ambientes e para atingir níveis mais elevados de pensamento e de ação.

Dada a fundamental importância que o currículo tem e frente o atual cenário que o mundo se encontra, no sentido de postura profissional e flexibilidade, vê-se no próprio currículo a necessidade de conteúdos relevantes e de caráter social, onde a sua real efetividade seja vista de forma positiva na sociedade, uma vez que é um veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional (MENEZES; ARAÚJO, p.3).

Sacristán (2000, p. 15-16) destaca que:

É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

Para Martins (2004), é na construção ou na elaboração das propostas curriculares, que se delibera que tipo de sociedade e de cidadão que se quer construir. É também na construção ou definição das propostas, que são selecionados conteúdos que vão auxiliar as pessoas a entenderem melhor a sua história e a compreenderem a dimensão mais ampla e diversificada o mundo que as cercam.

Nessa direção Menezes e Araújo (2006, p.03) contribuem salientando que:

A realidade não é um elemento externo à prática educativa, mas um elemento constituinte ao processo pedagógico. São as condições objetivas e subjetivas de sobrevivência, convivência e transcendência que mediam, orientam e constituem-se em experiências e conhecimentos a serem desvendados, apreendidos, assimilados, ensinados e re-elaborado.

Concordamos com esse autor por entendermos que o Currículo, como elemento pedagógico de real significância, deve ser elaborado e implementado a partir da real necessidade vivida por cada indivíduo, onde os desafios propostos são recorrentes e reiteram as necessidades históricas situadas em tempo e lugares determinados.

Brandão (1984, p.09) afirma que “em mundos diversos a educação existe diferente”. Assim, quando existir de forma livre para todos, ela pode ser considerada uma das maneiras que as pessoas cunham para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário, como o trabalho ou a vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens. Ainda para o autor, o currículo, como meio propiciador para a educação, se torna um elo entre a declaração de princípios e sua tradução operacional, entre a conjectura

educacional e a prática pedagógica, entre o saber planejar e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente acontece no cotidiano escolar.

3.1 CURRÍCULO ACADÊMICO

O Currículo acadêmico é uma das várias orientações curriculares, a que possui maior tradição histórica. Para os adeptos da tendência tradicional, o núcleo da educação é o currículo, cujo elemento irreduzível é o conhecimento. Sua abordagem baseia-se, principalmente, na estrutura do conhecimento, como um patrimônio cultural, transmitido de forma dinâmica às novas e futuras gerações.

Segundo McNeil (2001) a finalidade da educação, segundo o currículo acadêmico, é a transmissão dos conhecimentos vistos pela humanidade como algo inquestionável e principalmente como uma verdade absoluta. À escola, cabe desenvolver e orientar formas e conjunturas que proporcione ao aluno o uso das ideias e processos mais proveitosos ao seu progresso de ensino-aprendizagem.

Santos (2000) afirma que a hierarquia das disciplinas do currículo acadêmico está associada à educação de crianças consideradas mais hábeis, sendo que esse currículo caracteriza-se pela escrita em detrimento da comunicação oral, pelo individualismo, abstração e pelo afastamento da vida diária ou da experiência comum.

Conforme Santos (2000, p. 46):

Pode-se dizer, que diferentes olhares sobre o estudante, o professor, o currículo e as instituições escolares levam hoje à valorização dos saberes da experiência social e cultural, do senso comum e da prática, como elementos indispensáveis para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à resolução, tanto dos simples como dos complexos problemas da vida pessoal e profissional dos indivíduos.

Assim, a integração do conhecimento é de suma importância, tanto do ponto de vista da expansão e da especialização do conhecimento, como da sua repercussão social.

Conforme Silva (2001) é indispensável que o currículo possibilite o desenvolvimento de “hábitos mentais” que permitam que, dos princípios válidos para uma área, deduzam-se fatos, em outra, mas, para que isso ocorra, será necessária

a presença de um fator comum para a comunicação entre pessoas comprometidas com diferentes aspectos especializados do esforço humano e do comprometimento da engrenagem do conhecimento adquirido. Assim, a teorização crítica sobre currículo, é um processo contínuo de análise e reformulação.

Para desenvolver uma teoria sobre a elaboração do currículo e um método de concebê-lo é indispensável investigar quais são as demandas e os requisitos da cultura e da sociedade, tanto para o presente como para o futuro. O currículo acadêmico deve ser visto como uma maneira de preparar a juventude para participar ativamente de sua cultura. Nessa linha, Sacristán (2000, p. 173) salienta que:

A formação, a cultura geral do professor, a interação que nele se estabeleça entre o conhecimento de conteúdos e a diferenciação de aspectos relativos à sua estrutura com outros conhecimentos e valorizações pedagógicas serão as responsáveis pelo papel real de mediação que o professor tem no currículo.

Assim, de acordo com uma análise da cultura e da sociedade, é um dos critérios que fundamentam a proposta de currículo. E outro critério é a informação sobre o processo de aprendizagem e a natureza do sujeito aprendiz. E a terceira fonte de critérios para a adoção de decisão sobre o currículo é a natureza do conhecimento.

Jesus (2008, p. 02-03) reforça esta questão anunciando que:

Devemos, ainda, considerar que o currículo se refere a uma realidade histórica, cultural e socialmente determinada, e se reflete em procedimentos didáticos, administrativos que condicionam sua prática e teorização. Enfim, a elaboração de um currículo é um processo social, no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero.

A formação geral está diretamente ligada ao currículo elaborado para cada curso, sendo dirigida ao processo de construção e apropriação de conteúdos e de conceitos relativos ao contexto histórico, social, político, cultural, econômico e educacional. Formação específica centrada em conteúdos próprios da área de conhecimento e a formação continuada tendem a refletir no aluno o seu papel de agente transformador da história e de pesquisador de sua própria prática.

Para uma melhor compreensão acerca do currículo acadêmico, alguns autores fazem a seguinte abordagem e conceituação:

Jesus (2008, p. 05-06) define currículo acadêmico em três abordagens: currículo humanístico, o qual defende a necessidade de ser levada em consideração a realidade dos acadêmicos para proporcionar a eles experiências gratificantes, tomada de consciência para libertação e auto-realizações; currículo tecnológico, baseado numa metodologia tecnicista, tem como objetivo o planejamento do ensino com meios eficientes para o alcance dos objetivos pré-determinados no plano de ensino.

Vasconcellos (1995) alerta que o plano de ensino deve conter os dados de identificação da disciplina, a sua metodologia, os objetivos a serem alcançados, o conteúdo programático, ementa, avaliação e bibliografia básica da disciplina. O autor salienta que será o plano de ensino que norteará o trabalho docente e provocará o desenvolvimento da disciplina pelos alunos. Assim, o plano de ensino deve ser orientado pelo perfil do aluno que o curso vai formar e levando em consideração as concepções do projeto pedagógico do curso.

Para Spudeit (2010, p.01):

O plano é um tipo de planejamento que busca a previsão mais global para as atividades de uma determinada disciplina durante o período do curso (período letivo ou semestral). Para sua elaboração, os professores precisam considerar o conhecimento do mundo, o perfil dos alunos, para então tratar de seus elementos que constituem o plano de ensino que são: os objetivos gerais e específicos, os conteúdos, os procedimentos (as estratégias metodológicas, as técnicas), como também os recursos didáticos e a avaliação.

Para Schön (2000), o planejamento de ensino tem características que lhes são próprias, porque lida com os sujeitos em fase de construção de conhecimento, portanto sujeitos em processo de formação humana. Para tal ação, o professor realiza passos que se complementam e se interpenetram na ação didático-pedagógica. Decidir, prever, selecionar, escolher, organizar, refazer, redimensionar, refletir sobre o processo antes, durante e depois da ação concluída. O pensar, a longo prazo, está presente na ação do professor.

Esse autor elucida que o ato de planejar é um processo de reflexão sobre a prática docente, sobre seus objetivos, sobre o que está acontecendo, sobre o que aconteceu. Requer atitude científica do fazer didático-pedagógico, tendo como

finalidade a transformação social dos estudantes através de uma formação crítica, com metodologias instigantes de modo a desenvolver a capacidade de criticidade no seu contexto social. Esse autor afirma que o cenário educacional do século XXI requer uma maior atenção, pois o currículo acadêmico precisa ser baseado em um parâmetro multicultural e inclusivo para ser eficiente no contexto pedagógico.

Beane (2003, p. 93-94) defende uma abordagem curricular integradora em que a divide:

integração curricular, relacionando seu conteúdo disciplinar com atividades práticas e abordando outros assuntos pertencentes a outras disciplinas que tenham relação ao assunto proposto na disciplina inicial, proporcionando assim um conhecimento amplo do assunto estudado, por meio da união e integração de disciplinas; *integração de experiências*, através de experiências curriculares construtivas e reflexivas adquiridas ao longo da vida, que possam ser utilizadas em diferentes momentos e situações, com significados relevantes e dinâmicos, a qual ele denomina como aprendizagem integradora.

Com isso, Beane (2003) ainda contextualiza que o currículo deve proporcionar disciplinas e experiências educacionais comuns que possam ser compartilhadas e acessíveis a todos os acadêmicos; a integração de conhecimento trata da contextualização inerente à realidade vivenciada pelo acadêmico, facilitando sua compreensão no processo de aprendizado, como também a inserção do conhecimento popular.

Percebe-se que a característica fundamental a ser levada em consideração, para o autor, na construção de um currículo acadêmico que trata da integração tanto do conhecimento popular como do conhecimento científico é o conhecimento adquirido. Para tanto, o processo de aprendizagem no Ensino Superior, deve pretender que o futuro profissional receba uma sólida formação teórico-prática que lhe permita atuar com conhecimento e competência técnica.

Nessa perspectiva é importante buscar, no seio da sociedade, subsídios para construção do currículo. Isso implica em conhecer as demandas, as realidades, as oportunidades e, sobretudo o que pensam sobre os cursos, os potenciais acadêmicos do Ensino Superior. Neste trabalho, a pesquisa destinou-se a conhecer o que pensam alunos do Ensino Médio sobre o curso de Graduação em Secretariado Executivo provido pela UNIFAP.

4. O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO

Esta seção pretende apresentar o que disseram alunos do Ensino Médio sobre a profissão de Secretário Executivo para que possam servir de subsídio à futura reformulação do PPC. Porém, para melhor compreensão desses dados, iniciaremos com uma abordagem acerca do curso.

4.1 O CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIFAP: ABORDAGENS CURRICULARES NO CENÁRIO ATUAL

A origem do curso de Secretariado Executivo praticamente coincide com a implantação da Universidade Federal do Amapá, após autorização concedida pelo MEC, em 1991. O referido curso foi planejado para ser operacionalizado pelo regime seriado semestral, obedecendo ao sistema de créditos, adequando-se às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação em Secretariado Executivo, e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE) (PPC, 2016).

Atualmente, o curso funciona em bloco próprio, com 4 salas de aula, estruturado laboratório de informática, gabinete para professores, Empresa Júnior e Centro Acadêmico. O Colegiado é composto atualmente por 10 (dez) professores, com habilitação nas seguintes áreas: Secretariado Executivo, Línguas Estrangeiras (Francês e Inglês), Língua Portuguesa, Contabilidade, Economia e Psicologia, sendo: 02 doutores, 04 mestres, 04 especialistas. Professores dos outros Colegiados que também contribuem para o curso, ministram disciplinas nas áreas de Ciências Sociais; Direito, Filosofia e Sociologia, contidas na matriz curricular. Conta, ainda, com o apoio de 1 (um) técnico-administrativo e 1 (um) estagiário(PPC, 2016, p.33).

O curso funciona no período noturno, mas pela manhã e à tarde os estudantes dispõem de atendimento da coordenação, de técnicos em assuntos educacionais, além de professores que os orientam em projetos de iniciação científica, monitorias, trabalhos de conclusão de curso, estágios supervisionados e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas. Todos esses componentes curriculares integram o PPC (Projeto Político Pedagógico) que é o instrumento norteador do seu funcionamento.

4.1.1 Projeto Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo

O Projeto Pedagógico do Curso foi reformulado em março de 2016 e aprovado pelo CONSU/UNIFAP, conforme Resolução n.º 7/2016. O novo PPC, orientado pelas recomendações do Ministério da Educação (MEC), traz em sua estrutura um formato atualizado de Ensino, Pesquisa e Extensão, isso nas conferências e habilidades impostas pelo mercado. Os seus componentes foram projetados para:

formar bacharéis com conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos específicos atinentes ao seu campo de atuação, bem como prepará-lo para formulação humanística, a fim de desenvolverem habilidades de relacionamento interpessoal (PPC,2016, p. 15).

Do seu arcabouço extraiu-se que o seu propósito é “prover um currículo dinâmico, inovador, integrado cultural e socialmente que seja flexível, de modo a permitir adequações na organização curricular, conforme se apresentar a necessidade” (PPC, 2016, p.16). Como já mencionado anteriormente, o mercado de trabalho vem passando por inúmeras modificações e, nesse contexto, o campo de atuação do Secretário Executivo tem ampliado, consideravelmente, tanto do ponto de vista técnico quanto humanístico. Assim, há necessidade de preparar a inserção do estudante por meio de um processo de ensino-aprendizagem coerente com esse contexto. Nessa direção, destacamos a missão do curso segundo o PPC:

Graduar profissionais com sólida formação geral e humanística, com senso crítico para atuar no cenário organizacional de empresas públicas e/ou privadas ou como profissionais liberais. Assim, faz-se necessário construir, com os estudantes do curso de Secretariado executivo, diferentes conhecimentos administrativos, linguísticos, das novas tecnologias da informação e humanísticos em prol da formação de profissionais proativos, produtivos e competentes que, por meio do exercício de sua profissão contribuam para o aprimoramento da sociedade, e cujo perfil corresponda às demandas de um mercado de trabalho competitivo e em constante transformação (PPC, 2016, p.17).

No que concerne à formação profissional, o Secretário Executivo, deve desenvolver aptidões, no sentido de compreender as questões que envolvam

assuntos pertinentes de seu campo de atuação. Cabe referenciar, neste contexto, o objetivo geral do curso:

Promover ensino, pesquisa e extensão por meio da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos relacionados ao campo de atuação do Secretário Executivo e sua interação com outros campos do saber, de forma que os egressos estejam capacitados para o exercício das funções inerentes à prática profissional, ancorados nos preceitos éticos, humanísticos, reflexivos e críticos (PPC, 2016, p.17).

Diante do atual cenário e das exigências que o mercado de trabalho acena, a Matriz Curricular é o componente curricular que assegura a possibilidade de profissionais proativos, polivalentes, e bem informados e que:

[...] possam desenvolver suas habilidades e competências de forma segura e tomar decisões, no âmbito do seu cargo, que sejam consistentes e consonantes com a necessidade e as especificidades das organizações nas quais estejam inseridos, que é o perfil que se busca desenvolver em qualquer profissão nos dias atuais (PPC, 2016 p.18).

Segundo o PPC (2016, p. 19):

O desenvolvimento profissional do Bacharel em Secretariado Executivo está na formação acadêmica e científica, proporcionando uma percepção da realidade a fim de oferecer-lhe condição e competência para participar de mudanças estruturais.

A ocupação de Secretário Executivo requer funções que envolvam multifuncionalidade no assessoramento de diversas atividades e setores organizacionais, ações que se encaixem diante da flexibilidade exigida pelo mercado de trabalho globalizado. Sob esse aspecto, a formação de Secretariado Executivo contribui para o desenvolvimento das organizações no que concerne ao estabelecimento de estratégias para alcançar os seus objetivos.

Segundo D'Élia, Amorin e Sita (2013), a evolução do profissional de Secretariado Executivo pode ser associada às características dos empreendedores que é de criar, transformar e modificar hábitos e processos empresariais.

A rotina de trabalho exige criatividade e coragem para enfrentar as mais diversas situações no ambiente de trabalho. Essas características estão diretamente

relacionadas às mudanças políticas, econômicas e sociais, pois a globalização exige, cada vez mais, um novo perfil profissional, não somente na execução de suas atividades específicas, mas atuando também no contexto direcional e gerencial das mais diversas organizações.

Rauber e Rauber (2013, p. 182) ainda ressaltam que “toda essa carga de conhecimento visa a dar ao futuro Secretário Executivo uma visão sistêmica da realidade organizacional onde ele vai desempenhar as suas funções, sabendo que a própria organização faz parte de algo maior”.

Para Durante e Fávero (2010, p. 30) “o Secretário Executivo exerce papel essencial nesse contexto, pois realiza tarefas que fazem o elo entre a empresa e seus colaboradores” e diante das profundas alterações por que vem passando no mercado de trabalho, este profissional passa a atuar de diversas formas e em variadas frentes de atividade, dentre essas, as que seguem descritas por Durante e Fávero (2010, p.31):

Como *assessor*, sendo o agente executor mais próximo do centro de deliberação do processo decisório; *gestor*, exercendo funções gerenciais, *empreendedor*, com ideias e práticas inovadoras; *consultor*, orientando a empresa, sua razão de ser e seus objetivos, trabalhando com a cultura da organização, transformando ameaças em oportunidades, utilizando seus conhecimentos para criar estratégias, aumentando, assim, as vantagens competitivas.

De acordo com Silva (2001) os secretários nos tempos atuais deverão estar conscientizados de sua formação básica, quanto a programas avançados, o que lhes possibilitará compor um perfil profissional mais condizente com o mercado. Silva (2001, p. 23) ressalva que:

Mediante isso, se faz indispensável uma atualização constante das competências individuais da profissão secretarial ou em qualquer outra, pois, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, e o diploma por si só não fará o diferencial esperado, e sim, a somatória das competências adquiridas e praticadas ao longo da vida profissional, pessoal e acadêmica.

Para Guedes (2009) é fundamental a participação do Profissional de Secretariado no processo de aquisição do conhecimento, é através de sua postura participativa e dinamizada que ele coordena e organiza a informação. A autora ainda fomenta que:

A participação do profissional de secretariado no processo de realinhamento cultural que conduz a Gestão de Qualidade é fundamental. O profissional de secretariado atua diretamente no processo de aquisição de conhecimento, é quem coordena e organiza a informação, atuando também, no processo de educação continuada, melhoria contínua, mudança de postura e atitude que permitem à organização adentrar dimensionalmente na Gestão de Qualidade. Na era do conhecimento, do capital humano, do capital intelectual, o profissional de secretariado – gestor de informação – faz toda a diferença. Saber onde está a informação, conhecimento adequado saber como acessá-lo, como localizá-lo e como utilizá-lo adequadamente é a expertise desejada (GUEDES, 2009, p.23).

Moreira (2009, p. 20) pontua a “multiplicidade do profissional Secretário, destacando uma capacidade poucas vezes vista em outras atividades, porém, muito valorizada nas áreas secretariais, que é a multifuncionalidade”. A própria autora destaca que:

Deparamo-nos, hoje, com um mundo de constantes transformações, as quais influenciam na nossa vida pessoal e, principalmente, profissional. A globalização nos expõe a novidades a cada momento e, para tanto, necessitamos estar bem capacitados para não nos perdermos nesse infinito horizonte do conhecimento (MOREIRA, 2009, p. 21).

A partir da concepção de Durante e Favero (2010) verifica-se que o Secretário Executivo, estuda, em sua formação, diversas áreas do conhecimento, e no rol de disciplinas e de Técnicas Secretariais, as que orientam quanto ao assessoramento, à ética profissional e ao modo de coordenar e gerir unidades administrativas em uma organização. Os próprios autores ainda citam que:

O perfil desejado do secretário executivo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, engloba capacidade e aptidão de compreensão das questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, assegurando eficaz desempenho de múltiplas funções, de acordo com as especificidades de cada organização; gerenciando com sensibilidade, discrição e competência o fluxo de informações e comunicações internas e externas (DURANTE E FAVERO, p. 30, 2010).

Assim, espera-se que o Secretário Executivo em sua formação traga consigo um leque de conhecimento e informações, inclusive a facilidade de trabalhar com pessoas e entender de forma ampla o meio organizacional.

De acordo com Santos (2012, p.102), algumas características são de grande relevância, em que os desafios do cotidiano em um mercado altamente competitivo e excludente tornam-se peças fundamentais para que profissionais se reinventem. Esse autor acrescenta que as empresas:

na atualidade, estão em busca de profissionais da área de Secretariado Executivo que sejam altamente qualificados e dispostos a enfrentar as diversidades e os desafios da sociedade contemporânea, sendo assim capazes de agregar novos conhecimentos e trabalhar em equipe visando o êxito da instituição/organização empresarial como um todo. Todavia, essa qualificação abarca, prioritariamente, o domínio de línguas estrangeiras no que diz respeito às habilidades comunicacionais.

Isto posto, depreendemos que a formação intelectual, sobretudo no Ensino Superior, é determinante no ingresso ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o PPC deve ser instruído por normativos, contudo os elaboradores devem buscar no seio da sociedade subsídios para fortalecer o curso e sua aderência ao perfil exigido, como o que apresentamos a seguir.

4.2 O OLHAR DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO.

Nesta seção, apresentaremos o resultado da pesquisa realizada com estudantes do Ensino Médio acerca do que pensam em relação à profissão de Secretário Executivo em Macapá. Não pretendíamos identificar opiniões iguais em suas falas, pois estão inseridos em contextos sociais distintos, como costumes e crenças. Não há uma realidade única, válida para todos, assim, as vivências pessoais também são distintas.

Laplantine e Trindade (1997, p. 06) nos ajudam nessa compreensão em sua abordagem sobre imaginário social assinalando que:

A psicanálise freudiana, embora também fundamentada na noção de inconsciente, considera os símbolos e o imaginário a partir dos significados contidos na história individual e coletiva. Os indivíduos produzem seus sonhos coletivos (mitos) e sonhos pessoais utilizando imagens que são registros transfigurados e sublimados de suas experiências individuais.

Na acepção destes autores, o imaginário social é uma representação mental sobre uma realidade exterior percebida. E afirmam que:

Para construir o processo do imaginário é preciso mobilizar as imagens primeiras, como dos homens, cidades, animais e flores conhecidas, libertar-se delas e modificá-las. Como processo criador, o imaginário re-constrói ou transforma o real. Não se trata, contudo, da modificação da realidade, que consiste no fato físico em si mesmo, como a trajetória natural dos astros, mas trata-se do real que constitui a representação, ou seja, a tradução mental dessa realidade exterior (LAPLANTINE E TRINDADE 1997, p. 05)

E, concordando com essa acepção, projetamos imagens sobre a profissão, as quais serviram de aporte na roda de conversa, extraímos do imaginário dos participantes o que pensam sobre a Profissão de Secretário Executivo. Os sujeitos estão identificados pelas iniciais dos seus respectivos nomes e respeitando-se suas idades, obtivemos a devida autorização conforme o apêndice deste trabalho.

A primeira imagem projetada tratava-se de uma secretária atendendo ao telefone. Quando os estudantes olharam essa imagem, logo surgiram as primeiras inquietações. Observamos, então, uma diversidade de opiniões.

Nas falas dos estudantes L. A., M. S.e R., a imagem que construíram desse profissional confunde-se com a de outras profissões, prática bastante comum vivenciada no contexto geral e no conhecimento empírico da sociedade. O estudante L. A. inicia sua fala perguntando: *O que é Secretariado Executivo?*

E continua: *Trabalha com o atendimento de pessoas, com a parte de atendimento de pessoas, secretárias de executivos de grandes empresas, ela tá cantando a câmara.*

L. A. demonstra um desconhecimento sobre as competências e habilidades que o Secretário Executivo exerce no seu ambiente de trabalho.

Conforme assevera Moreira (2009, p. 113), vale enfatizar que:

o profissional de secretariado executivo é capaz de desenvolver inúmeras atividades com as competências e habilidades inatas e adquiridas é repetir o que se vem falando há bastante tempo. No entanto, tais atividades tornam-se mais ou menos importantes na medida em que o profissional sabe explorá-las e determinar a direção certa em que cada qual será benfeitora das atividades em andamento.

Diante das falas dos participantes, entendemos que é necessária uma explanação sobre a profissão, tanto pela Universidade, quanto por parte das Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso, nas escolas de Ensino Médio, sobretudo no terceiro ano.

A segunda imagem projetada tratava sobre trabalho em grupo. Mostrava um homem negro entre duas mulheres brancas. Entre os participantes percebemos a surpresa em relação à questão de gênero na profissão. Houve uma confluência de pensamento por parte dos estudantes de que a profissão era somente para mulheres.

Sabemos que a profissão, em seus primórdios era exercida apenas por homens (os escribas), e que ao longo do tempo sofreu modificações, passando a ter influência feminina, em meados do século XX. Carvalho (2009, p. 201) salienta que:

O grande traço das transformações das áreas executivas e diretivas ocorridas nestes últimos cinquenta anos é a inserção da mulher na alta administração das corporações. Este aumento qualitativo e representativo deve-se também à sua formação cada vez mais atualizada, desde os níveis superiores acadêmicos, como também à procura pelos cursos de MBA e de pós-graduação.

Com isso, cada vez mais a profissão tem se afirmado como uma profissão feminina; esta afirmação principalmente se dá, pelas conquistas das mulheres em vários âmbitos, e em especial no mercado de trabalho, assumindo funções que antes eram exclusivamente masculinas. Vale salientar que a participação masculina nessa área, principalmente no âmbito organizacional, ainda é uma realidade, inclusive interessando-se por atividades secretariais.

Para os estudantes que ainda não conhecem a realidade do gênero na profissão, observaram que suas percepções foram parecidas com aquelas que muito se vêem na sociedade em geral, nas quais a profissão de Secretário Executivo é para ser exercida apenas por mulheres.

Outro fator que nos chamou atenção foi a interpretação dos estudantes de que a profissão era exercida somente por pessoas brancas, e ficaram surpresos com imagem do negro na posição de destaque. Conforme cita o estudante M. S. em sua fala: “*Figura de um homem negro sendo chefe de duas brancas*” (Estudante M. S.). E ainda da estudante M. B., quando discorre sobre o fato de achar bem diferente

o convívio, no ponto de vista dela, pessoas de etnias diferentes vivendo de forma social.

Diferente, algo que eu não vejo tanto são pessoas com a cor da pele um pouco mais escura, convivendo com pessoas assim, parece que elas estão resolvendo algo importante, ver uma quebra da desigualdade social, muito legal a imagem representar algo assim (Estudante M. B.).

Esta forma de pensar vai de encontro ao que defendem Ferreira e Elzerick (1994, p. 06-07):

[...] o Imaginário Social não é a soma, nem tampouco a justaposição de aspirações coletivas. Como um sistema simbólico, o Imaginário Social reflete práticas sociais em que se dialetizam processos de entendimento e de fabulação de crenças e de ritualizações. Produções de sentidos que circulam na sociedade e que permitem a regulação de comportamentos, de identificação, de distribuição de papéis sociais.

Pode-se observar que as questões sociais e o nível de discussões sobre o gênero e etnia estão presentes na visão que se tem da profissão, principalmente nas diferenças corporativas entre homens e mulheres.

O estudante M. S. disse que “*essa imagem me remete que os personagens estão trabalhando em equipe, então, pelas duas imagens, dar pra perceber mais ou menos o que vocês fazem*”. E o estudante C. O. complementa: “*Bom convívio dos empregados, secretário, chefe*”.

Resgatando o que disse D'Élia, Amorin e Sita (2013), sobre a evolução do profissional de Secretariado Executivo, as características apresentadas por este profissional é associada a de empreendedores no sentido de trabalhar em equipe, transformar e modificar o ambiente de trabalho, hábitos e processos empresariais, onde a criatividade e coragem para enfrentar as mais diversas situações, são constantemente empregadas em sua rotina.

Sobre a postura da Secretária Executiva, L. A. disse que:

Influência de um dono de empresa com a secretária, à primeira vista sempre imagina outras coisas que geralmente nas grandes empresas acontecem das secretárias terem de fazer serviços fora para poder conseguir crescer, coisas do tipo (Estudante L. A.).

Observamos, através da fala do estudante L. A., que há uma visão bastante estereotipada na sociedade acerca da profissão, exercido por mulheres, no sentido de que para conseguir um lugar de destaque, vê-se na obrigação de manter relacionamento que vai além da relação entre chefe e empregado.

Entretanto, não é regra. No ambiente de trabalho, deve-se ter nessa postura profissional, nos moldes do que advoga Mata (2009, p. 271):

Ter uma postura profissional é na verdade, reunir uma série de competências e habilidades, não apenas técnicas, mas principalmente humanas tais como o equilíbrio emocional, assertividade, resiliência, pró-atividade, envolvimento, comprometimento, foco em resultados, entre outras que fazem a diferença entre o ordinário e o extraordinário [...]. Ter discernimento de como agir nas diferentes situações cotidianas e saber como se relacionar com colegas, chefias, pares, concede ao profissional uma enorme vantagem frente a tanta competitividade na vida corporativa.

A profissão de Secretário Executivo tem passado por diversas transformações ao longo dos anos e, uma delas é quebrar o paradigma sobre o que realmente faz a Secretária ou o Secretário Executivo. A ética profissional é um dos marcos dessa transformação. O Art. 5º, do código de ética, descreve deveres fundamentais da profissão:

a) considerar a profissão como um fim para a realização profissional; b) direcionar seu comportamento profissional, sempre a bem da verdade, da moral e da ética; c) respeitar sua profissão e exercer suas atividades, sempre procurando aperfeiçoamento; d) operacionalizar e canalizar adequadamente o processo de comunicação com o público; e) ser positivo em seus pronunciamentos e tomadas de decisões, sabendo colocar e expressar suas atividades; f) procurar informar-se de todos os assuntos a respeito de sua profissão e dos avanços tecnológicos, que poderão facilitar o desempenho de suas atividades; g) lutar pelo progresso da profissão; h) combater o exercício ilegal da profissão; i) colaborar com as instituições que ministram cursos específicos, oferecendo-lhes subsídios e orientações (CÓDIGO DE ÉTICA, 1989).

Deste modo, em qualquer profissão a postura profissional, aliada à ética, é necessária para a construção de uma carreira de sucesso. Conforme explica Mata (2009, p. 272):

Alguns autores definem a ética profissional como conjunto de normas de conduta que deverão ser postas em prática no exercício de

qualquer profissão. Seria a ação “reguladora” da ética agindo no desempenho das profissões, fazendo com que o profissional respeite seu semelhante quando no exercício da sua profissão.

A Postura Profissional adquirida para a inserção no mercado de trabalho faz com que este profissional logre no trabalho em equipe, visto que sua rotina secretarial está diretamente ligada a todos os setores e a todos os processos organizacionais no ambiente em que está inserido. Assim, percebemos na fala da estudante G. O., o seu pensamento acerca da terceira imagem que trata sobre a posição de destaque no mercado de trabalho:

trata que todo mundo quer um espaço no mercado de trabalho, como vocês podem ver cada um está no seu círculo, eu acho que hoje em dia pela crise, o desemprego, por tudo que ta ocorrendo no país, todo mundo quer buscar uma posição, quer ter um emprego, quer sustentar sua família de alguma forma. Na minha opinião essa foto representa um pouco disso, cada um quer um espaço.

G. O. nos leva a refletir acerca da necessidade do *know-how* dentro das organizações, em que este profissional, além de ser o assistente (staff) passou a assumir uma postura de credibilidade e responsabilidade da alta gestão organizacional.

Por isso, Pereira, Portela e Schumacher (2009, p. 33) enfatizam dizendo as atividades rotineiras até as mais complexas, são um marco para ascender a postura proativa deste profissional, por possuir as mais diversas competências. Sobretudo nas relações interpessoais como acena D. A.:

acho que secretária é uma pessoa que tem que ter responsabilidade, porque ela trabalha com outra pessoa, tipo dando uma assistência a outra pessoa.

Vimos com isso, que a busca por uma posição no mercado de trabalho é o meio de garantir que o Secretário Executivo seja observado e valorizado nas mais diversas estruturas organizacionais, com o objetivo de ampliar a percepção sobre as suas atuais atribuições. D’Elia (2009, p. 109) explica que “o Profissional Secretário, além de ser exigido no seu dia-a-dia a ter atitudes empreendedoras, em virtude da diversidade e polivalência do seu papel, pode agora desenvolver, com direcionamento, esta competência”.

Num mundo em que fazer a diferença passou a ser visto como um meio de sobrevivência é vital desenvolver habilidades para aumentar a vantagem competitiva profissional. Assim, a quarta imagem apresentada destaca o Profissional de Secretário Executivo multifuncional, aquele que segundo Moreira (2009, p. 113) possui uma capacidade que vai além, quando relacionada com outras atividades, porém, muito valorizada nas áreas secretariais.

Percebemos nas falas os estudantes, alguns, de maneira indireta e sem terem uma real aproximação com a profissão, que eles viram na imagem, algo similar ao que vivem diariamente no cotidiano familiar sobre a questão da responsabilidade nas tarefas desenvolvidas e a questão do diferencial, como referencia a estudante M. B.:

Essa imagem parece a minha mãe, porque ela faz várias coisas ao mesmo tempo e ela tem que equilibrar tudo isso para dar certo, uma pessoa super ocupada, mas que tem tempo pra tudo, um cartão de crédito, olhar o celular, enfim, várias coisas (Estudante M. B.).

Esta fala nos leva a compreender que o profissional além de desenvolver tarefas e funções pertinentes ao cargo, deve, principalmente, adquirir novos conhecimentos a fim de se preparar para oferecer soluções para os mais diversos problemas enfrentados pela organização.

A visão de D. O. é de que os profissionais ali inseridos devem expressar engajamento pessoal, demonstrando responsabilidade e capacidade de tomar decisões, observando, deste modo, as suas tarefas rotineiramente. E assim expressou:

Ela precisa ter responsabilidade para ficar ligada nas coisas que acontecem, tem que ter responsabilidade, se preocupar com o horário com as coisas, mais ou menos uma pessoa sobrecarregada, tem que ficar preocupada com as informações que acontecem no dia a dia dela, com o trabalho, com um monte de coisa (Estudante D. O.)

De fato, a profissão de Secretário Executivo traz no seu arcabouço de que o profissional é aquele que sabe unir a responsabilidade ao talento pessoal. “É aquele para quem aprender não é uma obrigação, mas uma motivação a mais e um enriquecimento pessoal” (MATA, 2009, p. 288).

Os estudantes M. S. e J. G. salientaram, ainda, em suas falas, que viram nesta profissão a preocupação com a questão de trabalhar com prazos determinados e resolução de problemas: Esta assertiva está evidente na fala do estudante J. G.: *“Acho que é uma pessoa com muita responsabilidade, secretário mesmo, se preocupa com o horário”*. Na mesma direção verbaliza M. S. quando acena que:

Essa imagem mostra uma pessoa muito ocupada, que está tentando resolver todos os seus problemas ao mesmo tempo e parece que ela ta conseguindo, porque a cara dela é de uma pessoa feliz, porém, cansada (Estudante M. S.).

Mata (2009, p. 221) elucida que o Profissional de Secretário Executivo antes, era muito mais operacional, não se ligava aos conceitos e à importância dos negócios da empresa.

Atualmente, a profissão em si vem ganhando notoriedade no mercado de trabalho, exigindo do profissional uma postura cada vez mais polivalente, ocupando deste modo, um lugar estratégico na conjuntura organizacional. A atuação multidisciplinar do Secretário Executivo fundamentada na formação acadêmica e compatível às exigências da realidade atual do mercado de trabalho personifica um agente de inteira conexão em um mundo em que tudo se conecta. Atuando como elo no meio organizacional e “num mundo de rápida troca de informações, flexibilidade, competência e conhecimento se tornam bens máximos” (SILVA, 2009, p. 172).

Dias e Silva (2009, p. 21) explicam que as transformações com que nos deparamos atualmente influenciam de maneira direta e indireta na vida pessoal e profissional, em que a exposição com que o profissional a cada momento está inserido. Torna-se um meio impressionador para obtenção de conhecimento, e facilitador de adaptação às mudanças.

A quinta imagem projetada revelou o que os participantes pensam a respeito do assessoramento por parte dos Secretários Executivos junto aos chefes. É interessante salientar que houve certa dificuldade em obter questionamentos sobre a imagem, uma vez que muitos deles não sabiam do que se tratava, e levando a essa reflexão.

Assim, observamos o quão importante é a profissão ser apresentada para estudantes, ainda na fase de conclusão do Ensino Médio. Porque muitas das

atividades realizadas pelo Secretário Executivo estão alinhadas aos objetivos e mudanças nos setores organizacionais.

A estudante G. G. comparou a imagem, dizendo que: *“Uma pessoa muito ocupada, outra dando assistência”*. E ainda a estudante K. L.: *“O chefe colaborando com o serviço do secretário, uma comunicação no trabalho”*.

Percebemos nos discursos traçados que a atuação do profissional na questão do assessoramento é indispensável na organização e resgatando o que falaram Durante e Fávero (2009) o Secretário Executivo se torna um agente executor, com maior aproximação no processo decisório, em que suas ideias e práticas inovadoras otimize resultados, facilite e integrem todos os envolvidos.

Sobre a função de assessoramento, Pereira, Portela e Schumacher descrevem que:

(...) é o assessor executivo o responsável por várias atividades organizacionais, desde as atividades mais rotineiras como organizar reuniões, viagens e agenda, até as mais elaboradas como assessorar projetos, apresentar relatórios e pareceres, representar o executivo em negociações e eventos, e também quando é acionado para articular e implementar inovações nas atividades gerenciais (2009, p. 33).

Essas características estão diretamente relacionadas com as mudanças políticas, econômicas e sociais, e a partir desse assessoramento, exige-se cada vez deste profissional, tendo em vista o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da gestão secretarial, devido a grande concorrência no mundo corporativo. Este profissional teve de se adaptar a essas mudanças, conforme evidencia Durante e Santos (2010, p. 04-05):

Com a evolução da ciência e dos meios tecnológicos alicerçados pelas transformações mundiais na área social, política e econômica, especialmente a partir da década de 1950, também se sabe que houve um salto qualitativo no fazer da assessoria, impulsionando o desenvolvimento e valorização da profissão secretarial.

Em relação a esse novo paradigma profissional, quando projetada a penúltima imagem, que mostrava algumas ferramentas secretariais, observamos a questão tecnológica como primeira referência para os estudantes em relação a profissão. Na visão dos estudantes, as ferramentas tecnológicas estão diretamente

ligadas à Profissão de Secretário Executivo. A exemplo da fala da estudante D. A em que comentou diretamente que a imagem estava relacionada à *tecnologia*. Argumento este reforçado pelo estudante L. A:

Seria pelo uso da tecnologia no século XXI, secretariado, só que muitas vezes ele não deixa de abrir mão de coisas que ajudam, tipo agenda, e outras coisas que podem ser utilizadas, como computador, celular para organização do trabalho, o secretário não abre mão de certas coisas, como esses pequenos detalhes (Estudante L. A.).

Outro aspecto relatado pelos estudantes, relacionando a imagem à profissão, trata da organização no trabalho pelo Secretário Executivo, sendo este ponto exposto na fala do estudante M. S.: *“Organização. Essa imagem parece que é uma pessoa tentando se organizar de todas as formas possíveis tem a ver com o fato de ter que fazer muitas coisas ao mesmo tempo”*.

No que tange à habilidade de organização na rotina secretarial, observa-se grande relevância dessa habilidade para elevar a produtividade do Secretário Executivo, pois, esse aspecto se faz essencial para desenvolvimento das competências do profissional em destaque.

Nessa linha, Brandão (2010, p. 181-182) reforça dizendo que em relação às competências demandadas pelo mercado de trabalho, esta profissão abrange a polivalência, gerenciamento de grupos, comportamento ético, organização, autonomia na execução das tarefas, tomada de decisão e liderança, esclarece ainda, que as competências resultam da união e ligação de diversas habilidades.

A última imagem projetada retratava a capa de um livro da área secretarial, intitulado *“Secretária: Que faz”*. A estudante G. G. disse que a função da secretária *“é dar assistência pro chefe dela, ela que ajuda ele”*. O estudante A. C. complementou dizendo *“acha que a secretária auxilia as pessoas dos cargos mais altos da empresa, ajuda fazendo um pouquinho ou muito, ela auxilia e ajuda a administrar”*.

Por meio dessas falas, observou-se a ideia de que a Profissão de Secretário Executivo está diretamente subordinada aos superiores da organização, sendo assim, um suporte e assistência ao staff. Carvalho (1998, p. 19), a esse aspecto inerente a profissão, relata que Secretário Executivo atua:

Como um assessor executivo e administrador de informações que assessora a direção/chefia a processar e organizar informações. Possui prática nas rotinas de escritório, habilidade para assumir responsabilidades sem supervisão direta, iniciativa e autonomia para tomar decisões e solucionar problemas.

O estudante M. S. disse que “*pelo título do livro na imagem, parece um manual de instruções do que uma secretária deve fazer*”. Esta fala é desconexa com o contexto da linha de raciocínio desenvolvida na roda de conversa. O último estudante a se pronunciar enfatizou, no entanto, que:

Essa imagem se relaciona sobre o que o secretário, e o que a secretária faz, muitas vezes, ela faz trabalhos que não é pra ser feito por ela, muitas vezes é submetida a fazer muitas coisas que não são da profissão dela. O que é realmente o trabalho do secretário, o que ele faz, será que muitas vezes ele não é submetido a fazer coisas que não é pra ele fazer, só que pelo trabalho ele é obrigado a fazer. Muitas vezes a secretária deixa de ter uma vida própria para trabalhar. (Estudante L. A.).

Por último, mas não esgotando as constatações, pode-se perceber que o questionamento retrata a ideia de que para os estudantes, a carga de trabalho do Secretário Executivo vai além da carga normal, demonstrando um comprometimento com sua atuação e rotina profissional, em que para Durante (2009, p.139):

O secretário projeta ações (o que fazer), delinea objetivos (para que fazer), define prioridades e prazos (quando fazer), e a metodologia a ser adotada na ação (como fazer), por conseguinte, pratica o planejamento, o qual é essencial em sua rotina para evitar desperdício de tempo, recursos e pessoas e reduzir imprevistos.

Com isso, observamos em todas as falas que a profissão de Secretário Executivo, destina-se à profissionais engajados e compromissados com a sua atuação dentro das organizações. Apesar disso, verificamos uma visão um tanto quanto restrita sobre o que os estudantes da rede pública realmente conhecem da profissão, qual a sua área de atuação, ou ainda o que venha a ser a profissão.

Entendemos que a participação dos estudantes na roda de conversa, além de ter propiciado uma visão empírica dos assuntos abordados sobre a profissão, nos levantou um questionamento sobre como a profissão poderia ser mostrada para essa geração futura, levando em consideração o real contexto vivido pelo Secretário Executivo. Sabemos ainda, que a profissão tem crescido gradativamente e os

estudos acerca dela tem angariado notoriedade nas Universidades que oferecem o curso e na comunidade acadêmica, assim tanto do público externo.

Dentro desta análise, a despeito dos paradigmas que ainda existem no senso comum da sociedade, vimos através das falas dos estudantes, após a projeção das imagens e da apresentação sobre o histórico da profissão, a percepção sobre a sua evolução e a possibilidade de recompensa sobre ela e de que se revela em progressiva ascensão e não extinção. Segundo Araújo (2007, p. 13) revela que:

surgiu o mito de que a profissão de secretária estaria em extinção. Alguns consultores empresariais afirmaram ser o fim da profissão como consequência da evolução da informática (que facilitou a execução de várias rotinas e a organização gerencial) e da mudança de atitude dos administradores, que passaram a ser mais independentes em suas tarefas.

Percebemos que, ao contrário do que muitos acreditavam, a profissão não parou no tempo, evolui mesmo antes do que pensavam ser a sua extinção, e nessa nova conjuntura, a importância da profissão dentro das organizações, se destaca através de várias competências e habilidades demandadas pelo mercado, salientando assim sua real importância e valorização.

Almeida (2009, p. 44) salienta que apesar da busca pela qualificação de cursos superiores, especializações e o domínio em outros idiomas, ainda existe o desconhecimento por partes dos empresários a respeito das capacidades laborais que o profissional exerce, atribuindo tarefas simplistas ao profissional capacitado.

Com isso, acerca da atual qualificação secretarial, Durante (2009, p.136) complementa dizendo que:

[..] a mudança mais significativa na profissão está na transformação do perfil-de um secretário exclusivamente técnico e executante para aquele que pensa e gere os seus processos de trabalho e os da empresa de maneira ativa e criativa-, deflagrando a gestão secretarial, cuja a base teórica encontra-se nos fundamentos da gestão, amplamente discutidos no campo da Administração.

Deste modo, entendemos que a necessidade do profissional se adequar às exigências do mercado de trabalho é um dos fatores que contribuem para a sua formação continuada, mas que há também uma valorização por parte da sociedade empresária e ainda, por parte das instituições de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos o Curso de Secretariado Executivo em relação ao mercado de trabalho, percebemos que há uma sintonia entre o que a profissão oferece e o que o mercado deseja. No entanto, no decorrer da pesquisa, verificamos que os alunos do Ensino Médio não têm o conhecimento devido sobre o curso de Secretariado Executivo da UNIFAP e o que, de fato, a profissão caracteriza, fato preocupante, considerando que são potenciais acadêmicos do curso. Entendemos que o processo educativo no Ensino Superior é determinante para formar profissionais. Assim, acreditamos que a pesquisa realizada pode ser referência para reformulação do PPC.

A utilização da roda de conversa, a partir da projeção de imagens do exercício profissional, mostrou-se um instrumento dinâmico para acessar o que se passa no imaginário social. Essa técnica pode ser replicada em outras possíveis e sempre que houver necessidade de reformulação de projetos pedagógicos de curso.

Ao expressar suas ideias de forma empírica sobre a Profissão de Secretariado os estudantes participantes disseram que a profissão é vista como aquela que cumpre, através dos Secretários Executivos, com disciplina e organização, as tarefas inerentes à função.

A profissão é definida nesse imaginário com a possibilidade de desenvolvimento e crescimento. Além disso, esses profissionais foram vistos como pessoas que zelam pela sua apresentação pessoal. Contudo, detectamos alguns posicionamentos equivocadas como: a visão estereotipada sobre a figura feminina e questões de natureza étnica, no sentido de que é uma profissão para pessoas de pele branca. Os resultados revelaram, ainda, a visão reducionista dos participantes quanto às atribuições da função.

Em síntese, percebemos que os alunos do Ensino Médio pouco conhecem sobre a Profissão de Secretário Executivo, como também sobre o curso oferecido pela Universidade Federal do Amapá. Assim, é necessário que essa instituição reforce a divulgação acerca de seus cursos, promovendo meios que destaque a importância da profissão e respectivas funções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, N. C. **Autonomia e Financiamento das IFES: Desafios e ações.** In: I Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior. Realização do Tribunal de Contas da União com o apoio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília. DF. TCU. 2008, p. 17.
- ALVES, Nilda. **Formação de professores pensar e fazer.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993, p.103.
- ANDRADE, E. C. de; BOAS, M. C. V. **Qual a themata do Secretário Executivo explorada pelo cinema à luz das representações sociais.** 2009. Disponível em: <<http://grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/149/120>>. Acesso em: 03 dez. 2015.
- ARAUJO, D. G. **O espaço ocupado pelo sexo masculino no ramo do secretariado executivo.** 2007. Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/pdf/artigos_trabalhos_tcc_presenca_masculina_2007-11-12.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa-Portugal: Edições 70, 1977, p. 13
- BACZKO, B. **Imaginação social.** In: Enciclopédia Einaudi, v.1, Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p.296-331.
- BRASIL. Lei n. 9.394/96. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, 23 dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- BRANDÃO, M. N. **Formação do Profissional Secretário Executivo na UFC: Currículo, Competência e Cidadania.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação. Fortaleza – CE. 2010.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 9.
- CARNERIO, R. 1995. **A evolução econômica e do emprego. Novos desafios para os sistemas educativos nodealbar do século XXI.** Texto de curso de Verão, 1995. Portugal. Disponível em: <http://cursoverao.pt/C_1995>. Acessado em 20 jan.2016.
- CARVALHO, A. P. de. **Manual do Secretario Executivo.**São Paulo. D`Livros Editora, 1998. p.19.
- CARVALHO, A. P. de. Mulheres Executivas –Uma revolução global. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística.** São Paulo: Adeptus, 2009, p.201.
- COSTA, A. J. S. da; MAUÉS, O.; OLIVEIRA, M. Educação superior no Amapá: 1991-2004. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Superior Brasileira: 1991-2004.** Brasília: INEP, 2006.

COSTA, D. D. da. **Programa Universidade para Todos, no Amapá (2006-2011): Democratização do acesso e permanência, na educação superior?. Dissertação de Mestrado. Macapá. Amapá. 2013, p.85-86.** Disponível em: < <http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2011/07/PROGRAMA-UNIVERSIDADE-PARA-TODOS-NO-AMAP%C3%81-2006-2011.pdf>>. Acesso em: 21 abr 2016.

FENASSEC. **Código de Ética da Profissão de Secretariado Executivo**, 1989.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 53.

D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. **Excelência no Secretariado: a importância da profissão nos processos decisórios, como assessorar e atingir resultados corporativos e pessoais com competência e qualidade**. São Paulo: Editora Ser mais, 2013, p.285 – 351.

D'ELIA, M. E. S. Empreendedorismo, intraempreendedorismo e empreendedorismo corporativo. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.201.

DIAS, S.; SILVA, G. Empowerment e equipes autogerenciadas. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.125-131.

DIAS, A. M. L.; SILVA, I.; MORAES, L. C. S. O ensino técnico e o desafio da dualidade estrutural – um debate ainda presente. In: **Currículo e formação docente: um diálogo interdisciplinar**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p.154.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Trad. Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURANTE, D. G.; SANTOS, M. E. M. dos. Profissão Secretarial: Enfoque Na Atuação Estratégica. In: ____. **1º Encontro Nacional Acadêmico, 12º Encontro regional, 23º Semana Acadêmica Secretariado Executivo**, 2010, Toledo. Anais... Toledo: Unioeste. Toledo – PR – 04, 05 e 06 nov 2010.

DURANTE, D.; FÁVERO, A. A. **Gestão Secretarial: formação e atuação profissional**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009, p.231.

DURANTE, D. G. Aprendizagem e conhecimento organizacional: contribuições à visão holística da gestão secretarial. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.135-156.

FERREIRA, N.I. de B. **Política e Educação no Amapá: de território a estado**. 2005. 201 f. Tese Doutorado em Educação. Faculdade Ciências e Letras da Universidade Paulista. Campus de Araraquara-SP. 2005. p.162.

FERREIRA, N. T.; EIZIRIK, M. F. **Educação e imaginário social: revendo a escola**. Brasília, ano XIV, n. 61, p. 6-7, jan./mar. 1994.

FERREIRA, N. I. de B.; MENDES, A. J. R. **Ensino Superior e seu Papel na Formação Espacial Amapaense (2000-2010)**. Andes. Jan. 2016. 110 p. Disponível

em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1947651260.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2016.

FILHO, J. N. B. **Política Cultural Na Educação Superior: os casos das Universidades Federal e do Estado do Amapá – UNIFAP E UEAP**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza CE. 2010. p. 72. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/borges/files/2011/02/POL%C3%8DTICA-CULTURAL-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-SUPERIOR-os-casos-das-Universidades-Federal-e-do-Estado-do-Amap%C3%A1-UNIFAP-e-UEAP.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2016.

FREITAS, K. **O lugar da Secretária: implicações históricas de gênero no trabalho e imagem da profissão**. I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Natal, jun. 2007. Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/pdf/artigos_trabalhos_o_lugar_da_secretaria.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.5-77.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1967. p.05-142.

FOSSÁ, M. I. T.; SILVA, A. H. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e contabilidade**. 03 a 05 Nov de 2015. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf>. Acesso em: 14 jan 2015.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p.57-63.

GOODSON, I. **Currículo, narrativa e o futuro social**. Revista Brasileira de Educação, vol.12, n.35, p. 241-252, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.50-63.

GUIMARÃES, M. N. do N. **Catálogo e descrição bibliográfica**: Contribuições de uma Política Pública de Avaliação Institucional para a Universidade Federal do Amapá. Tese de Doutorado. São Carlos. 2012. p.42 – 44.

GUIMARÃES, A. R.; MELO, A. L. de; RAMOS, F. A. **O Ensino Superior Amapaense no Contexto de Expansão Privado-Mercantil**. ANAIS XXIII Seminário da rede Universitas/Br. ISSN 2446-6123. Belém/PA, 20 a 23 de maio de 2015. p.94-99 Disponível em: <<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2016.

HUMEREZ, D. C. de; JANKEVICIUS, J.V. **Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Evolucao-Historica-no-ensino-superior-no-brasil.pdf>>. Acessado em: 26 de fev. de 2016.

JESUS, A. R. de. **Currículo e Educação: Conceito e Questões no Contexto Educacional**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf>. Acesso em: 10 dez 2016.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário**. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, 1997, p.05-06.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educativas e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.51.

MATA, M. A. Postura Profissional para o sucesso no exercício da gestão secretarial. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.271-288.

MATA, M. A. O papel do secretário executivo na estrutura organizacional e na condução das relações humanas. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.221-245.

MAUÉS, O.; OLIVEIRA, M.; COSTA, A. J. S.da;. Educação superior no Amapá: 1991-2004. In: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Educação superior brasileira: 1991-2004. Brasília: INEP, 2006.

MCNEIL, J. **O currículo reconstrucionista social**. Tradução de José Camilo dos Santos Filho. Campinas: editora, 2001a.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2003, p. 4-145.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p.28

MOREIRA, Deborah Cristina Oliveira da Costa, Gerenciamento da Rotina de Trabalho. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.113.

PADILHA, P. R. **Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004, p.169.

PEREIRA, S. A.; PORTELA, K. C. A.; SCHUMACHER, A. J. O profissional de secretariado executivo no mercado de consultoria organizacional. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.201.

AMAPÁ. Universidade Federal do Amapá. **Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI/UNIFAP**. Macapá: 2015.

AMAPÁ. Universidade Federal do Amapá. **Projeto Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo**. Macapá: 2016.

RAUBER, M. J.; RAUBER, A. S. **Perguntar não ofende**: uma abordagem de coaching para profissional de Secretariado. Toledo – PR: Mundo Hispânico, 2013. p.182.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p.5-173

SCHIMIED, K. W. **Pedagogia Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SACRISTAN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p.61.

SANTOS, LL. C. P. Pluralidade de saberes em processos educativos. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.46-59.

SANTOS, M. P. dos. Importância do domínio de línguas estrangeiras pelos profissionais de secretariado executivo para atuação no mercado de trabalho em tempos de globalização: uma abordagem crítico-reflexiva. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 3, n. 1, p 94-108, jan./jun, 2012.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e aprendizagem. Porto alegre; Artmed Editora, 2000.

SCHMIED, K. W. **Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, p. 44.

SILVA, T. T. da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do textocurricular**. 2 ed. BeloHorizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, R. da. **Interiorização do ensino superior no Amapá**. Partes. São Paulo. SP. Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/interiorizacao.asp>>. Acesso em: 10 abr 2016.

SILVA, A. C. B. R. Os desafios e perspectivas da gestão de pessoas: conhecimentos, habilidades e atitudes. In PORTELA, K.; SCHUMACHER, A. **Gestão Secretarial: O desafio da visão holística**. São Paulo: Adeptus, 2009, p.271-288.

SPUDEIT, D. **Plano de ensino x Plano de aula**. Rio de Janeiro – RJ. 2010, p.01 Disponível em: <<http://files.tecnicoembiblioteca.webnode.com/200000019.pdf>>. Acesso em 10 maio 2016.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

Veen, W.; Vrakking, B. **Homo Zappiens: Educando na era digital**. Porto Alegre: Artmed. 2009.

VEIGA, I. P. A.; CARVALHO, M. H. A formação de profissionais da educação. In MEC. **Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica**. Brasília, 1994, p. 50

APÊNDICE A
CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado responsável,

Com nossos cordiais cumprimentos, utilizamos do expediente para primeiramente nos apresentar a vossa senhoria, chamamo-nos **Carlyenn Valeska Leite Rodrigues e Thayanne de Sousa Santana**, somos **acadêmicas do Curso Bacharelado em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP**, cursando o 8º semestre da graduação superior.

Estamos na reta final de nossa graduação, e como parte do processo para concluirmos e obtermos nosso diploma de ensino superior, precisamos produzir e apresentar o **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**, a qual tem como **tema “O Imaginário Social sobre o Profissão de Secretariado Executivo”**. Tendo em vista, a segunda etapa do nosso trabalho, realizamos na Escola Estadual Professor Gabriel Almeida Café – EEPGAC com previa autorização, a coleta das informações para conclusão do nosso TCC. A metodologia aplicada na pesquisa foi uma roda de conversa em que apresentamos em slides, imagens referentes ao profissional de Secretariado Executivo, e os estudantes colaboraram com suas ideias, concepções e conhecimentos referentes a esse profissional.

Na oportunidade, registramos por meio de fotografias, filmagens e gravações, necessárias para identificarmos, escrevermos e produzirmos as falas integrais dos estudantes no nosso trabalho. Vale ressaltar que todas as informações serão utilizadas para fins acadêmicos. Portanto, solicitamos vossa atenção e compreensão para assinar o documento autorizando a cessão das informações expostas pelo estudante. Ressaltamos ainda a importância da devolução devidamente preenchida e assinada, pois esse documento é de suma importância para conclusão do nosso TCC. Certas de contar com seu apoio, agradecemos e manifestamos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Macapá-AP, 05 de maio de 2016.

APÊNDICE B

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS DE PUBLICAÇÃO

Eu, _____
 _____, brasileiro(a), ()casado(a) ou ()solteiro(a), portador(a) do CPF sob o nº
 _____, morador(a) do
 bairro _____, da cidade
 de _____, responsável pelo(a)
 estudante _____, declaro
 para os devidos fins que autorizo, cedo e transfiro gratuitamente os direitos de
 imagem do menor acima citado, bem como as proposições (verbais ou escritas),
 devidamente registrados através de gravação, fotografias e filmagens, apresentados
 na pesquisa de campo realizada à coleta de dados para elaboração de Trabalho de
 Conclusão de Curso (TCC) das acadêmicas CarlyennValeska Leite Rodrigues e
 Thayanne de Sousa Santana do Curso Bacharelado em Secretariado Executivo da
 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Autorizo a utilização dos registros,
 integralmente, sem restrições de prazos, meios de divulgação e limites de citações,
 a partir da presente data.

Diante ao exposto, a utilização dos registros e informações estão
 devidamente autorizados para uso das acadêmicas.

Macapá-AP, ____ de _____ de 2016.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL